

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO EM JORNALISMO**

NICOLE THAÍS ROTH

**O DISCURSO DA FOLHA DE S. PAULO EM TRÊS MOMENTOS DE TENSÃO DA
POLÍTICA BRASILEIRA: Uma Análise dos Editoriais**

São Leopoldo

2018

NICOLE THAÍS ROTH

**O DISCURSO DA *FOLHA DE S. PAULO* EM TRÊS MOMENTOS DE TENSÃO DA
POLÍTICA BRASILEIRA: Uma Análise dos Editoriais**

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, pelo Curso de Comunicação Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Franzoni

São Leopoldo

2018

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa, assim como uma reportagem, por vezes é assinada por uma só pessoa. E, assim como uma reportagem, este Trabalho de Conclusão de Curso jamais teria sido realizado sem o apoio e colaboração de várias pessoas.

Meus agradecimentos aos meus pais, Alexandre e Lisete, por tornarem possível, das mais diversas formas, minha graduação em Jornalismo. Ao Mateus, que nunca se mostrou menos do que compreensivo, dedicado e carinhoso, sempre que precisei de seu apoio. À Georgia e Roberta, que me encorajaram durante a realização desse TCC e por me acompanhar nos últimos 14 anos. Nunca teria chegado até aqui sem vocês.

À professora Sabrina Franzoni, que aceitou acompanhar a minha jornada de pesquisadora de primeira viagem. Obrigada pelo incentivo incondicional e por estar sempre disposta a oferecer conselhos e orientações, todos eles valiosos. Por fim, agradeço à professora Cybeli Moraes, pela orientação durante a elaboração do projeto deste TCC.

“Nossos pensamentos não podem ser trancafiados com grades.”

(Autor Desconhecido, 2018, s/p)

RESUMO

Este trabalho investiga o discurso dos editoriais da *Folha de S Paulo* em três momentos históricos na política brasileira - dias antes do suicídio de Getúlio Vargas, durante o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello e durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff -, buscando compreender como esse discurso contribui para um ambiente favorável à mudança nos governos do Brasil. Assim, a pesquisa se caracteriza como *ex-post-facto* e para realizá-la, foi utilizado o método da Análise de Discurso (AD), identificando os sentidos construídos em nove editoriais, três de cada período histórico. Foram identificados, além de um sentido mais geral de apelo à mudança, os sentidos de necessidade de organização do país, de descontentamento popular e também de necessidade de superação de trauma. A pesquisa ilustra, através do editorial, um dos espaços onde fica explícita a opinião do jornal e sua linha editorial, como um determinado discurso pode construir imagens ideológicas a respeito de governantes e suas políticas, contribuindo para desestabilizá-los.

Palavras-Chave: Jornalismo opinativo. Editoriais. Discurso. Folha de S. Paulo. Mudança.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 6 |
| 2 FOLHA DE S. PAULO AO LONGO DA HISTÓRIA | 9 |
| 3 A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE NO JORNALISMO | 17 |
| 3.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NOTÍCIA..... | 17 |
| 3.2 JORNALISMO E POLÍTICA | 25 |
| 4 LEGITIMIDADE DA OPINIÃO NO JORNALISMO: O EDITORIAL | 36 |
| 5 O TRAUMA E AS VERSÕES DOS FATOS..... | 41 |
| 6 METODOLOGIA: ANÁLISE DO DISCURSO (AD)..... | 45 |
| 6.1 NÚCLEO DE SENTIDO 1 (NS1) - APELO À MUDANÇA..... | 49 |
| 6.2 NÚCLEO DE SENTIDO 2 (NS2) – NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO | 54 |
| 6.3 NUCLEO DE SENTIDO 3 (NS3) - DESCONTENTAMENTO POPULAR | 56 |
| 6.4 REFLEXÕES SOBRE A ANÁLISE | 62 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 64 |
| REFERÊNCIAS..... | 68 |
| APÊNDICE | 72 |
| ANEXOS | 79 |

1 INTRODUÇÃO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) buscou compreender de que forma foram construídos os discursos nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, em três momentos de tensão política no país: o final do governo de Getúlio Vargas (PTB), o impeachment de Fernando Collor de Mello (PRN) e o processo de impeachment da presidenta¹ Dilma Rousseff (PT). As ideias de que um determinado discurso de um jornal, os vieses na forma como se aborda uma situação ou a maneira como são divulgadas as ações de um governante, podem construir uma imagem ideológica de um chefe de uma nação e podem fazer com que esta mesma nação veja uma necessidade de mudança política, me atraem desde que completei a leitura de *1964 Golpe Midiático-Civil-Militar*, de Juremir Machado da Silva (2014). Nesta obra o autor expõe sua teoria de que os jornais da época contribuíram para que um clima desfavorável ao governo surgisse, criando uma atmosfera favorável à mudança no comando do país.

Para apreender esse discurso, foram analisados nove editoriais (três sobre cada momento político), sendo que a escolha do jornal *A Folha de S. Paulo* se deu pelo reconhecimento que o veículo de âmbito nacional construiu ao longo dos anos, além do fato do periódico ter acompanhado esses três momentos da história do país.

Não são muitas as pesquisas desenvolvidas na área do jornalismo opinativo - especificamente em relação aos editoriais e sua construção discursiva, a atenção dedicada exclusivamente ao objeto de estudo “editorial” é menor ainda². Portanto, irei olhar para a maneira que as publicações têm de expor sua opinião. É importante assinalar que manifestações públicas dos editores nos editoriais ainda causam estranhamento – como no caso do jornal *O Globo*, que publicou textos apoiando a ditadura militar em 1964 e, em um editorial de 2013, se desculpa pelo fato – e como ela aparece na produção jornalística brasileira, uma “aparição” que ainda é um “assunto tabu” para o jornalismo brasileiro. Enquanto em outros países publicações jornalísticas não só emitem opiniões e se posicionam politicamente, mas chegam a

¹ Ao longo deste trabalho me referi à Dilma Rousseff como “presidenta”, pois é a forma como ela escolheu ser chamada e reafirma sua condição de gênero feminino. Essa escolha me vincula a uma postura ideológica de defesa do feminismo e dos princípios democráticos.

² Em uma rápida pesquisa feita em três repositórios e bases de dados online (Biblioteca Online de Ciências da Comunicação - BOCC, Estudos em Jornalismo e Mídia - EJM e Verso e Reverso – Revista da Comunicação), foram encontradas apenas oito pesquisas que tratavam efetivamente de editoriais.

apoiar um ou outro candidato em épocas de eleição – como no caso da recente eleição presidencial estadunidense, em 2016, em que veículos como *The New York Times* e *Washington Post* apoiaram abertamente a candidatura da democrata Hillary Clinton-, no Brasil ainda se busca a imagem da imprensa imparcial, isenta de opiniões e posicionamentos, que se interessa apenas em relatar os fatos com certezas irrefutáveis, como se não fossem versões dos acontecimentos - sempre procurando demonstrar sua “objetividade” na produção das suas peças jornalísticas.

O editorial é um dos poucos espaços em que os jornais se permitem emitir essas opiniões, o espaço institucional onde o público pode obter a posição de um determinado veículo sobre uma determinada situação. O gênero jornalismo opinativo se apresenta de várias formas textuais, como a crônica e a charge. (BELTRÃO, 1980) Para Mont’Alverne e Marques (2015), o editorial é talvez o gênero jornalístico que mais representa o conflito entre os interesses públicos e privados, que permeiam o jornalismo.

Em termos de uma importância para a comunicação, e mais especificamente para o jornalismo, a análise proposta nessa pesquisa é justamente sobre como se dá essa comunicação: de que forma esse discurso é produzido, quais os elementos que a *Folha de S. Paulo* utilizou para formar o discurso e comunicar ao leitor sua opinião sobre esses três momentos políticos no país? A pesquisa busca identificar os sentidos produzidos por esse discurso, além de verificar se há elementos que distinguem editoriais de uma época para outra e/ou elementos que se repetem em épocas diferentes.

Sendo assim, o problema de pesquisa que norteou esse estudo foi: quais os sentidos construídos nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, nos momentos de tensão, antes do final dos governos Vargas, Collor e Dilma Rousseff? São os mesmos sentidos em relação aos três presidentes? De que maneira tais textos constroem ideologicamente a imagem destes presidentes e de uma necessidade de mudança política? Essa problemática foi analisada, especificamente, no sexto capítulo, onde retomei os objetivos da pesquisa na metodologia para chegar aos sentidos discursivos mobilizados, isto é, a análise em si. Neste caso, a pesquisa se caracterizou como *ex-post-facto*, pois procurei compreender eventos que já ocorreram, através da metodologia da Análise de Discurso (AD). Utilizo as noções dos autores Gregolin (1995), Caregnato e Mutti (2006) e Benetti (2007).

Na sequência são descritos os capítulos, iniciando pelo segundo, no qual resgato um pouco da história da *Folha de S. Paulo*, tomando como referências Sodré (1999), Franzoni (2015) e Lago e Romancini (2007), ao mesmo tempo, trago informações sobre a história dos três momentos de tensão política que escolhi analisar durante a pesquisa. Nesta primeira parte do trabalho, trato sobre os projetos editoriais que a *Folha* desenvolveu e divulgou ao longo dos anos.

No capítulo três, explico sobre a construção da notícia - primeiramente, abordo a notícia como uma construção social. Para isso, trago algumas teorias do jornalismo conforme estudadas por pesquisadores da área, como Nelson Traquina (2005) e Rodrigo Alsina (2009). Na segunda parte deste capítulo, abordo a relação entre jornalismo e política, sobre o impacto político que as informações selecionadas e divulgadas pelos jornalistas têm sobre a sociedade.

Em seguida, no quarto capítulo do TCC, trato sobre o jornalismo opinativo, com foco no editorial. Trouxe informações sobre como a opinião no jornalismo continua sendo um tabu e como, em especial no Brasil, os veículos de comunicação costumam hesitar em tornar seu posicionamento público. Para abordar o editorial em si, sua função e objetivo, aciono autores como Luiz Beltrão (1980) e José Marques de Melo (2013).

O quinto capítulo traz referências a respeito do conceito de trauma e da narrativa de fatos traumáticos e nele aciono textos do autor Márcio Selligmann-Silva (2008). Nestes textos, ele aborda a necessidade, para pessoas que passam por eventos traumáticos, de relatar essas situações e, portanto, reconhecê-las como verdadeiras. Este é um conceito que foi necessário durante a metodologia e análise.

Finalmente, teço algumas considerações finais sobre a amarração do trabalho e a análise dos editoriais, em seguida, são citadas as referências utilizadas na pesquisa, os anexos (onde estão transcritos os editoriais utilizados para a análise) e, por fim, os apêndices, onde podem ser consultadas as sequências discursivas que destaquei na realização da análise e deram origem aos núcleos de sentido.

2 FOLHA DE S. PAULO AO LONGO DA HISTÓRIA

A história da *Folha de S. Paulo* começa em 19 de fevereiro de 1921, quando surge, na capital paulista, como *Folha da Noite*, um “jornal organizado como empresa”. (SODRÉ, 1999, p. 356). Paschoal (2007, p. 26) aponta que o novo veículo “custa cem réis o exemplar, aproximadamente 40 centavos de real, e adota uma linguagem simples, com um estilo mais leve do que a de outros jornais da época, estratégia utilizada principalmente para atrair leitores das classes médias urbanas”.

Em 1925, no dia 1º de julho, é criado o *Folha da Manhã*, este fundado por Pedro Cunha e Olival Costa. Já em 1931, os dois veículos passam por uma “reforma empresarial” (SODRÉ, 1999, p. 388) e o grupo altera assim sua política editorial (FRANZONI, 2015). Essas mudanças são acompanhadas por novos proprietários para o grupo, que sofre modificações em 1945, como explica Paschoal (2007, p 28-29):

A organização muda sua razão social para Empresa *Folha da Manhã* Limitada, mantendo inalterados somente os nomes dos jornais. Os novos proprietários – Octaviano de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme Almeida – imprimiram sua política na defesa dos interesses dos cafeicultores paulistas. Essa fase durou até 1945, quando ocorre nova venda da organização. O grupo passa a chamar-se então Empresa *Folha da Manhã* S/A, e a diretoria é composta por Alcides Meirelles, Clóvis Medeiros Queiroga e José Nabatino Ramos.

Em 1949, ainda sob a batuta de José Nabatino Ramos – que estaria à frente do jornal até 1962 -, é fundada a *Folha da Tarde*. Foi Nabatino Ramos que em 1960 juntou os três diários do grupo em um só, criando o jornal que hoje conhecemos: a *Folha de S. Paulo*. As mudanças dessa década são comentadas por Beatriz Kushnir, que diz que a *Folha de S. Paulo*, desde então, “buscou ampliar seu público, adquirindo uma frota própria. Assim, pôde conquistar o leitor do interior do estado, aumentando sua influência” (KUSHNIR, 2012, p. 220). José Nabatino Ramos também foi responsável por produzir o documento “Normas de Trabalho da Divisão de Redação, que unia teorias jornalísticas com critérios práticos definidores da forma de atuar dos repórteres” (FRANZONI, 2015, p. 30). Silva (1988 apud FRANZONI, 2015, p. 30) considerava o Manual um precedente para o que seria pensado mais tarde, em 1981, com a produção do Projeto *Folha*.

O fim dos anos 70 e início dos anos 80 são de reviravoltas em todo o Brasil – as “diretas já”, pedindo eleições depois de um longo período de ditadura militar são

um dos sintomas dessas mudanças. E a *Folha de S. Paulo* foi testemunha dessas evoluções – além de passar por evoluções também. Para Lago e Romancini, esses foram momentos em que *A Folha* se destacou junto ao público:

A respeito das 'diretas' é importante ainda salientar seu papel no crescimento do jornal que alcançaria posteriormente a liderança no mercado paulista, a *Folha de S. Paulo*. A “vontade popular” foi bem pressentida pelo jornal, que apoiara a abertura rumo a uma definição editorial própria, sintonizada com demandas sociais que soube interpretar. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 160-161, grifo nosso).

Além da capacidade de “interpretar” as vontades do público, como bem apontam os autores, ambos também sustentam que as mudanças e atualizações no perfil da empresa jornalística ocorrem desde meados da década de 70:

Em verdade, o caminho que conduziu um jornal de média expressão às grandes tiragens e forte influência a partir dos anos de 1980 começa em meados da década de 70, quando a *Folha*, sob a direção de Cláudio Abramo, introduziu mudanças em seu perfil editorial, como na criação de uma página de opinião, em 1974, que deu voz a líderes oposicionistas. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 161).

Os autores também citam as “modernizações tecnológicas” pelas quais a *Folha* passa, nos anos seguintes. Aperfeiçoamentos na impressão, a utilização de computadores na redação, em 1983, e campanhas de marketing notáveis são algumas das ações adotadas pela direção (LAGO; ROMANCINI, 2007). Além disso, o projeto editorial conhecido como “Projeto Folha” teve um papel importante para o crescimento apontado por Lago e Romancini. Eles explicam o que foi o Projeto:

Em síntese, o “Projeto Folha”, formulado em documentos produzidos pelo Conselho Editorial do veículo a partir de 1978, objetivou, por um lado, dar maior racionalidade à produção noticiosa, aumentando a qualidade informativa do material produzido, daí a preocupação técnica, que seria respondida, em parte, pelo Manual de Redação do jornal, que entra em vigor em 1984. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 161-162).

A ideologia do veículo também se fez presente no Projeto Folha, buscando ser, entre outras características, “independente” e “apartidário”:

Do outro lado, o “Projeto” preocupou-se em expressar, de modo inédito, a “ideologia jornalística” do veículo, na qual, ao lado de aspectos mais gerais como a defesa da livre iniciativa, encontraram expressões ideias sobre como o jornal deveria ser: independente, crítico, apartidário, pluralista em termos do acolhimento de opiniões. Outros pontos, como a ênfase no didatismo e no

serviço ao leitor seriam adicionados ao “Projeto”, em constante reformulação, nos anos subsequentes. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 162).

Os dois autores não esquecem de sublinhar também as críticas recebidas pelo veículo ao lançar o Projeto Folha. Aspectos importantes no exercício no jornalismo, como a característica interpretativa da profissão, são lembrados:

Outros, como Abramo (1991) e Kucinski (1991) criticam aspectos como a perda da dimensão interpretativa do jornalismo, no caso do primeiro, e a consciente manipulação do mercado transformada em ideário jornalístico que o “Projeto Folha” promoveria, conforme o segundo. (KUCINSKI, 1991 apud LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 162).

Depois da produção do Projeto de 1981, surgiram novos documentos para nortear as atuações dos profissionais da *Folha*. Foram elaborados novos projetos em 1984, 1985, 1986, 1988, 1997 e o mais recente, do ano de 2017, chamado de “Sua Excelência, o consumidor de notícias”. Disponível aos leitores em seu website, o Projeto Editorial de 2017 recebeu introdução, onde o veículo exalta a “a relevância do jornalismo profissional para manter nítida a distinção entre notícia e falsidade” e considera que “a nova versão do Projeto Editorial reconhece uma demanda mal atendida por informações proveitosas e inspiradoras, sem prejuízo da prioridade dada a enfoques críticos e à busca da notícia exclusiva” (FOLHA DE S. PAULO. PROJETO EDITORIAL, 2017, s/p).

A escalada do acesso à internet nos últimos 20 anos levou conexão a mais de 3 bilhões de pessoas e fez crescer numa dimensão inédita tanto a demanda por notícias quanto sua disseminação. Produtores de conteúdo de qualidade e registro histórico como a *Folha* têm o desafio de fazer prevalecer os valores do jornalismo profissional na cacofonia própria do meio digital, em que informação e entretenimento, realidade e rumor, notícias e “notícias falsas” tendem a se confundir e quase tudo se expressa com igual estridência, reproduzido de forma desligada do contexto original. Entende-se por jornalismo profissional aquele que segue regras técnicas e padrões de conduta que garantem relatos fidedignos de fatos relevantes. (FOLHA DE S. PAULO, Sua Excelência, s/p, 2017).

O mais novo projeto editorial, além de consistir no texto que dá novas diretrizes aos profissionais, conta com 12 princípios editoriais. Em “Sua Excelência, o consumidor de notícias”, é notável a preocupação com os avanços tecnológicos e o seu significado para a profissão jornalística.

Neste capítulo, além da história da própria *Folha de S. Paulo* e suas evoluções, procuro trazer ao leitor esclarecimentos sobre o papel do veículo – e da própria

imprensa – durante os três períodos selecionados para a análise: o final dos governos Vargas, Collor e Dilma Rousseff.

Vargas tomou posse pela segunda vez em 1951, após uma campanha com ênfase no amparo aos trabalhadores e com a oposição da “maioria da imprensa, com a exceção, sempre problemática, dos Diários Associados, pois Chateaubriand era inconstante e pagava caro pelo apoio” (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 105). Nessa época, jornais do grupo *Folha* já circulavam, embora os autores Lago e Romancini destaquem “outro jornal criado nessa época”, que “estará fortemente ligado à crise do governo que desembocará no suicídio do presidente: a *Tribuna da Imprensa* (1949), do Rio de Janeiro, criada por Carlos Lacerda” (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 106). Como os pesquisadores bem lembram,

Os grupos conservadores e parte dos militares estavam preocupados com a direção do governo Vargas e a campanha anti-Wainer/Vargas feita por Carlos Lacerda é apoiada por *O Globo* e Chateaubriand. O jornalista passou a ter acesso à rádio do primeiro grupo e à *TV Tupi* para atacar seus inimigos. A situação do presidente é tal que nem a demissão, em fevereiro de 1954, do ministro do Trabalho João Goulart, identificado como um dos políticos do governo mais à esquerda, acalmara o ímpeto golpista dos conservadores. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p.107- 108).

No fim, os próprios aliados de Vargas acabam provocando uma reação mais radical da direita. Como narram Lago e Romancini (2007, p. 108):

Na madrugada de 5 de agosto de 1954, um atentado a Lacerda arquitetado pelo chefe da guarda presidencial, Gregório Fortunato, fracassa. Os tiros dirigidos ao jornalista terminaram matando o major da Aeronáutica Rubens Vaz. Lacerda é apenas levemente ferido.

Portanto, nesse período Vargas sofre com diversas pressões, que buscam defender os interesses de conservadores e militares. O acontecimento de 5 de agosto de 1954 agrava essa situação. Mesmo sem provas contra o presidente, “as investigações da polícia e da Aeronáutica embaraçam Vargas e o movimento pela renúncia cresce. O presidente tenta resistir, mas havia perdido o apoio das Forças Armadas” (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 108). Foi assim, que,

Isolado, realizou um último gesto político: o suicídio, na manhã de 24 de agosto de 1954. Numa mensagem deixada aos brasileiros, Vargas afirmava que os grupos internacionais e inimigos internos tinham sido os responsáveis pelo impasse, enquanto ele só procurara lutar contra a “espoliação do povo” e por isso fora atacado. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 108).

A repercussão do suicídio de Getúlio Vargas, bem como da mensagem que deixou, foi grandiosa. Nas palavras de Lago e Romancini, “o efeito da última mensagem do presidente foi imediato” e causou uma reação emocional no país, repercutindo num clima de ódio à oposição: “ainda no dia 24, caminhões de *O Globo* foram queimados, o *Diário de Notícias* e a *Tribuna da Imprensa* são depredados por uma multidão; Lacerda passara de vítima a vilão” (2007, p. 110, grifo nosso).

Depois de passar por várias mudanças, conforme narradas anteriormente neste capítulo, a *Folha* tem um papel na campanha pelas eleições diretas após o período de ditadura vivido no país. Os autores destacam a campanha da *Folha*:

Apoiada por entidades da sociedade civil (como a OAB e a ABI) e, conforme a campanha crescia, por grande parte da imprensa - com destaque para o jornal *Folha de S. Paulo*, o primeiro a apoiar com ênfase a proposta, a partir de uma estratégica opção (discutida adiante) - a campanha voltou-se para a realização de comícios e eventos em prol do tema, de modo a apoiar a Emenda Constitucional que pretendia introduzir as eleições diretas. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 159).

Sobre a candidatura daquele que viria a ser presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, os autores consideram que “as eleições presidenciais de 1989 foram marcadas pela participação de uma candidatura que teve fortes componentes de uma construção midiática”. Obtendo grande visibilidade, Collor foi capa da *Veja* em março de 1988 e assunto do *Globo Repórter*, com sua “caça aos marajás” (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 181). Em abril de 1989, como notam os dois autores, Collor, pelo PRN, já liderava as pesquisas de intenção de voto, deixando para trás Lula e Brizola. Collor tomou posse em 15 de março de 1990.

O primeiro ano do Governo Collor foi marcado por recessão e inflação. Lago e Romancini não deixam esquecer que “o governo se viu envolvido num processo de aparente tentativa de controlar a imprensa, por meio de uma intimidação ao jornal *Folha de S. Paulo*” (2007, p. 191). Os autores explicam o caso:

O episódio teve início ainda no começo do governo, no dia 23 de março, quando fiscais da receita, acompanhados por policiais federais, fizeram uma diligência na sede da empresa para averiguar se ela estava cobrando as faturas publicitárias em cruzados novos ou cruzeiros. Ações semelhantes tinham ocorrido contra supermercados, bancos e farmácias, mas nenhuma outra empresa de comunicação sofrera esse tipo de investigação. A *Folha* qualificou o caso como uma tentativa de intimidação, pois, apesar de ter apoiado o Plano Collor, publicou matérias críticas ao presidente. Em editorial do dia seguinte, com o título de “A escalada fascista”, o jornal reage e acusa o governo de iniciar uma “aventura totalitária”. No outro dia, na edição de domingo, matéria escrita pelo diretor da redação, mas não assinada, compara

Collor a Mussolini. O governo recuou, cancelando a medida provisória que embasava as averiguações, mas sustentou um conflito com a *Folha*, por meio de um processo contra o jornal, iniciado quatro meses depois. Pela primeira vez na história, um presidente em exercício processava um jornal.

A *Folha*, então, sendo o único órgão da imprensa que teve de lidar com investigações do tipo, viu a atitude do Governo Collor como uma forma de intimidar a empresa jornalística – e, como o título do editorial publicado um dia após o ocorrido sugere, não hesitou em tornar sua visão pública. Os constantes conflitos culminaram então no processo do presidente Collor contra o jornal.

As denúncias de corrupção e irregularidades administrativas no governo Collor começam a surgir já em 1990. Mas, apontam Lago e Romancini (2007, p. 193), no ano de 1991, as denúncias ficam mais frequentes e mobilizam todos os veículos da grande imprensa. Entre os casos destacados pelos autores, está o fato de que em fevereiro daquele ano, a *Folha* publicou uma reportagem dando conta de “irregularidades na Legião Brasileira de Assistência (LBA)”, entidade que na época era presidida pela primeira-dama Rosane Collor.

Em maio de 1992, Pedro Collor, irmão do presidente, deu uma entrevista à revista *Veja* e outros veículos de imprensa,

Afirmando que o presidente era sustentado por Paulo César Farias, o PC, que praticava ações ilícitas com o consentimento de Collor - denúncias de extorsão e cobrança de propina de empresários já apareciam na imprensa contra o “esquema de PC” (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 193-194).

A partir de então, o desenrolar das denúncias é muito rápido e ainda em maio o Congresso instaura uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para verificar as denúncias contra o presidente e PC Farias. Como apontam Lago e Romancini (2007, p 195), “a impressão de muitos, entre os quais parte da imprensa, é que o resultado da CPI seria um presidente tutelado pelos grandes partidos”. A matéria *Testemunha-chave*, publicada na edição de 28 de junho da revista *IstoÉ* faz as coisas mudarem. Nela, depoimentos do então motorista da secretária particular do presidente mostravam “as efetivas relações entre PC e o presidente” (LAGO, ROMANCINI, 2007, p. 195). Há reações tanto do presidente quanto da imprensa: “no dia 29, o presidente pediu 48 horas para explicar-se. No dia seguinte, Eriberto depôs na CPI e os jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* publicaram editoriais que exigiam a renúncia do presidente” (2007, p. 195). A cobertura da imprensa em cima do caso cresce e um pedido de apoio feito à população pelo presidente acaba saindo pela culatra:

Em 13 de agosto, uma quinta-feira, o presidente fez um apelo num discurso de improviso para que seus apoiadores se vestissem com as cores da bandeira nacional no domingo. A maioria da população que saiu às ruas, porém, vestiu-se de preto, criticando a corrupção no governo. Os movimentos de protestos cresciam, com forte apoio dos estudantes (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 197).

No dia 24 de setembro, a leitura do relatório da CPI é realizada e lá se conclui que há envolvimento do presidente no “esquema de PC”. Assim, Collor poderia ser indiciado por cinco crimes. O afastamento do presidente deveria vir a seguir. Nesse momento, a grande imprensa, em sua maioria, era favorável ao impeachment, um movimento que ia ao encontro do desejo da maior parte da população. Em 29 de setembro, os deputados autorizaram, por 441 votos a 38, a abertura do processo de impeachment contra o presidente Collor (LAGO; ROMANCINI, 2007). A reação de Collor não demorou a chegar:

Três dias depois, Collor recebeu o comunicado de afastamento e transmitiu o cargo ao vice, Itamar Franco. Ainda em 1992, no dia 29 de dezembro, face à provável aprovação pelo Senado pelo impeachment, Collor comunicava a renúncia, numa carta lida por seu advogado. (LAGO; ROMANCINI, 2007, p. 200).

Assim, o governo do primeiro representante brasileiro empossado pelo resultado de uma eleição direta acabou em renúncia, buscando escapar de um provável afastamento. É um marco – ainda que vergonhoso – na política do país. O autor Roberto Seabra faz a seguinte observação a respeito: “apenas sete anos depois da redemocratização, o jornalismo político brasileiro viveu seu Watergate” (2006, p. 136).

No século XXI, outro processo de impeachment, antes algo inédito na América Latina (LAGO; ROMANCINI, 2007), se deu na política brasileira, no ano de 2016. Ao contrário do caso de Collor, em que o ex-presidente perdeu todos os direitos políticos mesmo tendo renunciado antes de seu afastamento, Dilma Rousseff foi afastada em 2016, mas sem perder seus direitos políticos (FLORIANI, 2017). A presidenta foi eleita para seu segundo mandato nas eleições de 2014. O pleito daquele ano foi vencido por uma pequena margem de votos, e causou uma divisão na população brasileira. Um ano e meio depois, ocorreu o impeachment da presidenta.

Em sua pesquisa para compor a tese de doutorado “O Discurso do Impeachment de Dilma na *Folha de S. Paulo*”, Adriano Warken Floriani constatou que, ao observar 365 capas da *Folha de S. Paulo* de 2015, foi identificado “um total de 30

menções diretas à saída de Dilma na manchete principal e ou na linha fina na capa da *Folha*" (FLORIANI, 2017, p. 108). Ao analisar a manchete de 3 de dezembro de 2015 da *Folha*, que falava da aceitação do então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB) para analisar o pedido de impeachment de Dilma, o autor considerou que:

Assim, para além da briga entre Cunha e Dilma, a presença dos três enunciadores, fundidos num só e representando a autoria da peça acusatória contra a presidente, evoca a possibilidade de existência de crime de responsabilidade, que justificaria a deposição do governo. O texto termina como uma contextualização histórica, referindo que pedidos de impeachment de presidente não são novidade no Brasil, ou seja, é do jogo político e vence quem tiver mais força. (FLORIANI, 2017, p. 129).

Outro momento citado por Floriani foi a cobertura do dia 13 de março de 2016, um domingo no qual manifestações ocorreram em todo o Brasil. O autor faz uma análise de como a *Folha* tratou o fato na edição do dia seguinte, segunda-feira, 14 de março – a cobertura das manifestações estava presente em várias editoriais do jornal (FLORIANI, 2017). Pouco depois, em 17 de março, há destaque na *Folha de S. Paulo* para a divulgação do áudio da conversa entre Dilma e o ex-presidente Lula. Além da manchete e da matéria de capa, Floriani aponta que um editorial foi elaborado.

Já em abril de 2016, a *Folha* publica editorial defendendo a renúncia da chapa Dilma-Temer e convoca novas eleições. No dia da votação do pedido de impeachment, 17 de abril, a *Folha* deu manchete para a decisão, e também veiculou o editorial chamado “Decisão da Câmara” (FLORIANI, 2017). Na edição do dia seguinte, segunda-feira, dia 18 de abril, a *Folha* circulou com a cobertura completa da votação, com capa, manchete e entrevistas após o resultado (FLORIANI, 2017). Em 12 de maio, a ex-presidenta é afastada e o então vice Michel Temer assume o seu cargo. A *Folha de S. Paulo* de 13 de maio de 2016 contava com uma ampla cobertura do fato, dando destaque ao discurso de Temer, que, na visão de Floriani (2017), falava em reformas e buscava dialogar com diferentes grupos da população, enquanto ratificava a importância do processo contra Dilma.

Dando continuidade ao referencial teórico, no próximo capítulo, trago reflexões em torno da noção de realidade, como ela é percebida e como o jornalismo político parte dessa construção.

3 A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE NO JORNALISMO

Para compreender de que forma foram construídos os discursos dos editoriais da *Folha de São Paulo* veiculados durante os três períodos históricos, o estudo se apropria, inicialmente, de duas noções básicas: a primeira, que a realidade que percebemos é construída socialmente (RODRIGO ALSINA, 2009; TRAQUINA, 2005) e de que a notícia contribui para que essa vivência coletiva; segundo, que o jornalismo seleciona, organiza, hierarquiza e comercializa informações sobre a atualidade e essa ação tem um impacto político sobre a sociedade (BIROLI; MIGUEL, 2017), acionando para essa discussão a relação entre jornalismo e política.

3.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NOTÍCIA

Com a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* fica assegurado tanto o acesso à informação quanto o direito de expressá-la a todo cidadão, em um regime democrático. A partir desse princípio, que norteia os valores do jornalismo, a concepção da notícia tem sua valorização explicitada. A informação noticiosa consolida-se, então, como um bem social, sem o qual a população não seria capaz de viver plenamente: é preciso ter conhecimento sobre o mundo e o que acontece nele - ou, ainda, saber o que acontece na sua região, o que permite ao indivíduo fazer parte de sua comunidade. Assim, a comunicação - o processo de troca de informações - é uma necessidade do ser humano. Então, faz parte da vivência cultural que não só a notícia tenha um caráter social, mas que também o ser humano tenha uma participação nela. Para Dadalto e Gama (2009, p. 3), “ao mesmo tempo em que protagoniza diversos acontecimentos no mundo real, o sujeito também é o receptor e ressignifica estes fatos produzidos pelos veículos de comunicação, o que possibilita a caracterização da notícia como uma construção social”.

Essa participação dos sujeitos na construção da realidade social também é considerada por Miquel Rodrigo Alsina (2009), ao dizer que:

O jornalista tem como matéria-prima do seu trabalho a construção da realidade social que as fontes da informação criaram. Quando alguém se torna, por exemplo, testemunha de um acontecimento, confere sentido ao que percebe. Constrói, portanto, uma realidade social, objetiva o fenômeno observado. (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 229).

A realidade é construída pelo jornalista de acordo com o que ele consegue coletar de informações – dificilmente, essa coleta de dados poderá ser feita sem a consulta de alguma fonte, muitas vezes testemunha ou mesmo envolvida no fato. Assim, como Rodrigo Alsina aponta, a construção da notícia pelo jornalista passa também através do sentido que a fonte confere aos fatos.

Com o estabelecimento do caráter social da notícia, temos, também, o surgimento da doutrina que trata sobre a responsabilidade social da mídia. Conforme abordada por Libois (2003), a doutrina que discorre sobre a ética dos media prevê deveres e responsabilidades dos jornalistas, em relação à sociedade, além de dar-lhes meios de cumprirem esses deveres. A doutrina ainda vê com desconfiança o monopólio da representação pública (políticos e seus interesses) - o que também é uma manifestação da sociedade na construção da notícia, já que o jornalista muitas vezes não pode ignorar os políticos, que por suas vezes também têm o dever de representar a população.

Pela própria natureza da notícia - que acontece quando há interação entre as pessoas ou entre uma pessoa e seu ambiente -, ela acaba sendo construída em sociedade. Por outro lado, embora Dadalto e Gama considerem a relação dos seres humanos com o ambiente, as autoras defendem que a notícia é um relato integral dos fatos, desconsiderando a ideia de construção social:

Característica integrada a todas as dimensões do universo jornalístico, a notícia pode ser definida como o relato integral de um fato do mundo real. Composta, portanto, pela relação entre os seres humanos no meio em que estes estão inseridos, e, que, por sua vez, é marcado pela pluralidade das pessoas que o constitui (DADALTO; GAMA, 2009, p. 4).

É impossível ignorar que a própria notícia surge como um reflexo da vida em sociedade de cada repórter: as ideias de pauta de muitos jornalistas fatalmente passarão por aquilo que eles vivenciam, uma ideia surgirá no caminho para o trabalho. É por isso que é importante estar inserido naquela comunidade sobre e para quem iremos falar. Esse espaço onde a “notícia se desenvolve”, apontam Dadalto e Gama, é o chamado “espaço público”:

O espaço público, portanto, reflete a dialética entre o Um e o Outro, bem como sublinha a importância das relações entre sujeito-outro sujeito-sociedade, a fim de sustentar os possíveis significados tanto da vida individual quanto da vida pública. Também é designado como o lugar em que uma comunidade pode desenvolver e consolidar conhecimentos sobre si mesmo, e, nesse

caso, promover o aparecimento das representações sociais. (DADALTO; GAMA, 2009, p.5).

Dadalto e Gama (2009, p. 5) concluem que “as representações sociais apresentam a vida comum a todos os indivíduos em uma esfera pública”, ou seja: a notícia e a forma como ela apresenta a realidade de uma determinada comunidade pode ser encarada como uma “representação social” daquele espaço público. Assim, apesar das autoras considerarem que a notícia é um relato integral dos fatos, qualquer notícia deve passar por uma construção social, envolvendo - ou, ainda, afetando - os indivíduos da sociedade sobre a qual a notícia irá tratar. Por isso, é importante considerar as responsabilidades e deveres dos jornalistas, conforme o já citado Boris Libois (2003). A visão de que a maneira como a realidade é representada interfere na sociedade é reforçada por Rodrigo Alsina (2009, p. 131), quando ele diz que “os acontecimentos vão definir uma sociedade.” Como os jornalistas definem muitas vezes quais os acontecimentos que são dignos de nota, eles têm a responsabilidade de selecionar e publicizar os fatos, considerados por eles e pelos veículos de comunicação, que representam aquela sociedade. Ou, como complementa o autor, “os acontecimentos serão a imagem que a própria sociedade vai oferecer sobre si mesma” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 131). Para Rodrigo Alsina (2009, p. 232), “a especificidade da construção da realidade social da mídia baseia-se no re-objetivar, re-definir, no reconstruir” levando-se em consideração “uma dimensão pública e coletiva da informação de massa” e, principalmente, “em função de uma determinada realidade que se apresenta já definida e construída de modo individual, privado, grupal e coletivo” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 232).

O papel de “tradutor da realidade” que o jornalista assume perante o público é reconhecido por Alsina ao falar de acontecimentos mais complexos, que exigem um conhecimento especializado para serem compreendidos:

O caráter problemático, ambíguo ou ambivalente de determinados acontecimentos precisa de intervenção de um saber especializado, para interpretar e re-contextualizar, o que em muitos dos casos pode gerar uma desigualdade, entre a construção da realidade informativa dos meios e a enciclopédia dos destinatários. (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 233).

Para o autor, então, “o jornalista possui um papel social institucionalizado e legitimado na transmissão do saber cotidiano e age como um tradutor do saber dos especialistas para o grande público” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 269).

A função do jornalista, ao retratar e reportar a realidade para a sociedade em que ele atua, é questionada por Nelson Traquina (2005, p. 145): “afinal, qual é o papel do jornalismo na sociedade - um campo aberto que todos os agentes sociais podem mobilizar para as suas estratégias comunicacionais ou um campo fechado a serviço do status quo?” O autor busca explicar o papel do jornalista e explanar sobre as razões das notícias serem como as conhecemos hoje através das diversas teorias que existem sobre a profissão.

Para explicar a notícia como uma construção social, há mais de uma teoria. As teorias chamadas construcionistas – que levam em conta o paradigma da notícia como construção – são opostas à “notícia como uma distorção” e rejeitam a teoria do espelho (Traquina, 2005, p. 168), em que o jornalista é um mero observador imparcial dos acontecimentos. O autor explica os motivos para que essa “barreira” entre o fato e o jornalista que o reporta seja desconsiderada:

Impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os media noticiosos que devem ‘refletir’ essa realidade, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião de que os media noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores. (TRAQUINA, 2005, p. 168).

Esse paradigma discorda, segundo Traquina (2005, p. 169) “radicalmente da perspectiva das teorias que defendem que as atitudes políticas dos jornalistas são um fator determinante no processo de produção das notícias” e, ele explica que isso “não implica que as notícias sejam ficção”, para Traquina (2005). Autores como Bird e Dardenne (1988/1993 apud TRAQUINA, 2005) também afirmam que abordar a notícia como uma narrativa não deixa de transmitir informações, pois o leitor apreende conhecimentos com elas. Traquina retoma o que ele quer dizer com “a linguagem neutral é impossível” falando também da necessidade de fazer transparecer as nuances de um fato, algo que o “contar estórias” possibilita, ou, ainda, “a conceitualização das notícias como estórias dá relevo à importância de compreender a dimensão cultural das notícias” (Traquina, 2005, p. 170).

Entre as escolas elencadas sob a perspectiva construcionista, Traquina menciona as das teorias estruturalista e interacionista. Ele nota algumas semelhanças entre as duas formas de pensar as notícias:

Para ambas as teorias, as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora de sua organização. (TRAQUINA, 2005, p. 173).

Para Traquina (2005), ambas as teorias consideram que os jornalistas são “participantes ativos” na construção da realidade. Ele nota que as duas teorias “sublinham a importância da cultura jornalística”, ou seja, “a estrutura dos valores-notícia dos jornalistas, a ideologia dos membros da comunidade, e as rotinas e procedimentos que os profissionais utilizam para levar a cabo o seu trabalho.” (p. 173) Também definem as notícias como “estórias” que são formuladas através dessa interação social inevitável entre o jornalista e as várias fontes (e por vezes os próprios receptores) que fazem parte do processo noticioso. Para as duas teorias, as “notícias são narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos” (Traquina, 2005, p. 174). O autor ainda sublinha a ênfase que estas duas perspectivas dão ao que ele chama de “consequências sociais” causadas pelos procedimentos noticiosos dos profissionais.

Na teoria estruturalista, é dada importância ao “papel dos media na reprodução da ‘ideologia dominante” (TRAQUINA, 2005, p. 175), embora ela ainda reconheça a autonomia (de forma relativa) do jornalista, frente a um “controle econômico direto”. A teoria sustenta que a própria escolha do que é ou não é notícia, daquilo que merece ou não espaço no veículo de comunicação já é uma interferência social, uma vez que a ideologia dos jornalistas – ou editores – acaba fazendo parte do processo. Para Traquina, a ideologia e a estrutura dos valores-notícia “apontam claramente para o que constitui ‘boas notícias” (2005, p. 176). Assim, os jornalistas constroem de certa forma a expectativa do “normal” da comunidade que tem acesso a suas notícias, a visão da normalidade daquela sociedade em particular pode ser influenciada pelo que o veículo – e, por extensão, seus jornalistas – percebe como natural. São os “mapas de significado” (Hall et. al. 1978/1993 apud Traquina, 2005) que os jornalistas criam em volta de uma cultura ao tentar tornar um fato compreensível para o público. Porém, Traquina aponta falhas na teoria:

A relação entre os chamados ‘definidores primários’ e os profissionais do campo jornalístico é encarada como uma relação unidirecional: os chamados ‘definidores primários’ comandam a ação. Neste ponto-chave, a teoria estruturalista é criticada por um determinismo excessivo. Não há forma de conceber um espaço de manobra por parte dos jornalistas; os jornalistas nunca tomam a iniciativa, nunca desafiam os ‘definidores primários’, por

exemplo, através de iniciativas como a reportagem, o jornalismo de investigação, ou os furos. Segundo a teoria estruturalista, nunca há um processo de negociação antes da definição principal. Encarado como um espaço de reprodução da ideologia dominante, o campo jornalístico perde o seu potencial como objeto de *enjeu*, como recurso potencial para todos os diversos agentes sociais. (TRAQUINA, 2005, P. 180, itálico mantido conforme texto original).

Os “mapas de significado” de Traquina são para Rodrigo Alsina (2009) “mundos de referência”, que são resultado da categorização que os jornalistas fazem dos acontecimentos. Ele diz que:

Poderíamos dizer que o profissionalismo pressupõe a capacidade de re-categorizar sociocognitivamente os acontecimentos das notícias. A mídia compila umas construções sociais estabelecidas (que posteriormente definirei como ‘mundos de referência’), e diante dos acontecimentos, que são realidades socialmente construídas, os re-categoriza, através de especialistas da criação do saber social, que são os jornalistas. (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 233).

Já a teoria interacionista, dentro do campo do jornalismo, preocupa-se com o que Traquina considera ser um dos principais “tiranos” dos jornalistas: o tempo. É preciso encontrar tempo para selecionar o fato que será notícia, apurar os fatos, fazer contato com as fontes, produzir e revisar a notícia. “O trabalho jornalístico é uma atividade prática e quotidiana, orientada para cumprir as horas de fechamento.” (Traquina, 2005, p. 181) Para se organizar dentro do deadline de cada veículo, as empresas criam um “biorritmo” próprio, buscando colocar ordem no espaço e tempo disponíveis para os profissionais (TRAQUINA, 2005). O autor enfatiza que a teoria interacionista “encara o processo de produção das notícias como um processo interativo onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante” (TRAQUINA, 2005, p. 184).

Para Rodrigo Alsina, a notícia se manifesta na “construção de um mundo possível.” Ele diz que:

O jornalista é o autor de um mundo possível que se manifesta em forma de notícia. Na construção da notícia, estão presentes três mundos distintos e que estão inter-relacionados, são eles: o mundo “real”, o mundo de referência e o mundo possível. (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 303).

Ele explica que o mundo possível é a narração que é construída pelo enunciador, através da apuração dos fatos:

O mundo possível é o mundo narrativo construído pelo sujeito enunciador, a partir dos outros dois mundos citados. Se no mundo “real” era produzida a verificação e no mundo de referência era determinada a verossimilhança, no mundo possível se desenvolve a veracidade. O enunciador deve fazer com que pareça verdade o mundo possível que ele mesmo constrói. (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 310).

Assim como na teoria estruturalista, a interacionista aponta para o papel que o jornalista acaba tendo na percepção de “notícia”, ou melhor, “fato relevante” para a sociedade, às vezes fornecendo aos indivíduos tópicos de conversa e análise, ditando o que é relevante para a sociedade. O jornalista, assim, não só fornece as informações necessárias para que a comunidade de um determinado local possa viver de forma plena, mas acaba pautando também aquilo que será considerado como importante e que merece a atenção do público, ou ainda, pode expor um problema que precisa ser resolvido. Traquina (2005, p. 188) dá um bom exemplo de como isso pode ocorrer, ao falar sobre o acesso dos jornalistas investigativos a determinadas informações: “por exemplo, os profissionais do campo jornalístico, ao examinarem o registro policial, podem detectar que ‘o crime está aumentando’ e colocar na política a questão do crime, tornando-se assim participantes ativos na construção da realidade.”

Esse é um exemplo de como o jornalista inclusive influencia a pauta dos políticos, ao expor um problema que precisa ser resolvido. Os exemplos em que isso pode ocorrer são muitos: relatos e matérias constantes sobre atropelamentos em uma rodovia que acabam por chamar atenção dos políticos, que articulam junto ao poder responsável pela via uma colocação de controladores de velocidade, a exposição da necessidade de mais leitos para atender a população em uma determinada instituição de saúde pública que chame atenção do prefeito ou governador. Assim, o jornalista não só constrói a realidade em que está inserido, mas tem o poder de impulsionar uma mudança nela. É em parte o que Rodrigo Alsina quer dizer quando escreve que “a sociedade da mídia poderia ser definida como uma sociedade ‘eu faz acontecer’” (2009, p. 126). Ou seja, a discussão em cima do acontecimento – que ocorre porque o jornalista tornou determinada informação pública – age em cima do próprio fato, como, por exemplo, repetidas notícias sobre falta de leitos em hospitais de uma determinada cidade podem fazer com que uma solução para o problema seja formulada de forma mais rápida do que seria, talvez, se não estivesse estampada nas folhas do jornal local. Essa presença do fato nas páginas do jornal pode aumentar a pressão popular, um fenômeno descrito por Rodrigo Alsina (2009, p 149) ao dizer que

“o reconhecimento de uma realidade pode aumentar o interesse por ela, e por conseguinte, o envolvimento do sujeito”.

É preciso considerar também que o processo de construção da notícia não acaba com sua emissão. Ela continua do outro lado, com o receptor. Na produção e circulação de notícias fica subentendido um “pacto” entre o jornalista (emissor) e o leitor (receptor): o jornalista tenta passar os fatos de forma mais clara possível, para que seja inteligível ao leitor. Porém, por vezes, é preciso que o leitor esteja situado a respeito do contexto de determinada notícia (algo que muitos jornalistas tentam incluir nas próprias matérias, para que o entendimento do leitor seja o mais completo possível), ou mesmo que tenha certo domínio de assuntos gerais, para não mencionar a disposição de ler com atenção e interpretar corretamente o que está sendo dito. A participação do sujeito leitor é necessária para que a construção social da notícia esteja completa, como considera Rodrigo Alsina (2009, p. 147): “todo ato de comunicação é realizado para atingir o destinatário. Mas para conseguir isso, precisamos levar em conta a implicação da mensagem no próprio destinatário. Caso ele não se sinta implicado na mensagem, o efeito será nulo.” E, é claro, o autor lembra que “um mesmo fato, em diferentes pessoas, tem graus de implicações diferentes” (2009, p. 148).

A necessidade de contexto da notícia é apontada por Rodrigo Alsina (2009), quando ele fala sobre o “sujeito observador” e o sentido que ele confere ao acontecimento:

Não existe leitura da realidade que seja descontextualizada e que não seja objetivada. O sujeito observador é o que lhe confere sentido ao acontecimento. Ou seja, os acontecimentos estariam formados por aqueles elementos externos ao sujeito, a partir dos quais, ele mesmo reconhecerá e construirá o acontecimento. (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 113).

Assim, para Rodrigo Alsina, “a construção social da realidade estabelece-se a partir da relação que existe entre a realidade e o conhecimento” (2009, p. 114). Ele define o acontecimento como “um fenômeno social” que está “determinado histórica e culturalmente”, argumentando que “os acontecimentos podem ser algo externo a um determinado sistema, embora seja constituído por esse sistema em questão.” Segundo o autor, o sistema em que ele está inserido faz também parte do contexto desse acontecimento: por vezes, algo que é notícia em um sistema não é notícia em outro. Ou, como formula Rodrigo Alsina: “o ponto de referência a partir do qual

podemos definir um acontecimento ou uma notícia é o sistema com o qual eles estão relacionados” (2009, p. 133).

A opinião do público também deve ser – e é – considerada, inclusive no momento de escolha daquilo que virá a ser uma notícia, pois quando se produz uma notícia, a intenção é que ela seja consumida. Rodrigo Alsina (2009, p. 184) explica isso da seguinte forma:

O jornalista deve pensar se conseguirá atrair a atenção do público. Não é só necessário que o tema seja considerado importante ou interessante por parte do jornalista, mas também deve ficar em sintonia com o que o público possa vir a considerar também como importante ou interessante.

O papel do público na construção da notícia é reforçado por Alsina ao lembrar da importância do feedback, que é recebido pelo jornalista. “Isso lhe permite ir ajustando seu trabalho às expectativas deles” (2009, p. 270). Ou seja, o leitor também determina aquilo que será notícia, ao demonstrar através do *feedback* aquilo que deseja ou não consumir, ou aquilo que percebe como importante ou não.

3.2 JORNALISMO E POLÍTICA

Para entender a relação entre jornalismo e política, passando pela forma como um profissional influencia o outro, as pressões exercidas pelos poderes públicos em cima dos jornalistas (com a disputa pela agenda dos meios de comunicação) e a forma como um profissional precisa do outro – o jornalista precisa do político como fonte, o político necessita do jornalista para veicular projetos de sua autoria ou interesse, por exemplo -, esta parte do capítulo trabalhará com os autores Álvaro Pereira (2006), Roberto Seabra (2006), Nelson Traquina (2005), Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2017), Bruno Bernardo de Araújo e Thaís de Mendonça Jorge (2015) e Emanuel Barreto (2006).

A relação entre jornalismo e política - entre jornalistas e políticos, como redatores e fontes - é de uma simbiose problemática. Como diz Emanuel Barreto (2006), é um “jogo de equilibristas”, onde cada um procura assegurar seus interesses - e pode-se dizer, do jornalista, seu dever de noticiar os fatos ao público. O político busca visibilidade, seja da sua figura através de declarações, ou de ações ou projetos seus. O jornalista é a chave para fazer essas ações chegarem ao público, pois a mídia é o principal meio pelo qual o político consegue atingir seu público:

A convergência entre jornalista e político ocorre em função de que tanto um lado quanto o outro acredita que a publicização de um acontecimento é a melhor maneira para que se demonstre que cada um cumpriu com o seu papel: o político em sua função de personagem da notícia, o jornalista como agente que relata o que se passou no cenário do poder. (BARRETO, 2006 p.13).

O autor, citado anteriormente aborda, também, as tensões que podem surgir, quando o interesse das duas partes é conflitante ou não. “Toda essa teia que se estabelece entre jornal/jornalismo e poder agrega interesses de parte a parte, além de preocupações mercadológicas, já que a notícia é um produto” (BARRETO, 2006, p. 13). Ou seja, temos políticos que procuram vender sua imagem (e suas ações) e temos, por outro lado, um jornalista que quer vender sua matéria, que quer captar o interesse do público - jornais, mídia impressa ou não, em geral, visam o lucro, como qualquer outro negócio.

A persistência de hábitos de convivência com o político, e facilidades ou facilitações de acesso de grupos de interesse a jornalistas ou editores, com fim de beneficiar àqueles, pode criar um clima de permissividade, cuja cognição pelo social pode ser alvo de críticas e repúdios, uma vez que, mesmo ante a presença da ideologia que se emaranha aos processos de representação, existem filtros sociais que permitem, no caso ao leitor, a percepção de desvios. (BARRETO, 2006 p. 17).

De forma ideal, a relação entre jornalista e político deve ser a mesma do que com qualquer outra fonte, como explica Barreto (2009): é preciso que o jornalista avalie se o que está sendo dito pela fonte/enviado pela sua assessoria de imprensa constitui um fato relevante (que, portanto, geraria uma notícia) e, dentro dos vários critérios que normalmente são levados em conta (se é algo que terá impacto real na vida do leitor, se segue as diretrizes editoriais da publicação, se o público-alvo é realmente o público do veículo). A fonte, por sua vez, também deveria fazer uma avaliação semelhante, buscando contatar os jornalistas quando o que tem a dizer é adequado, dentro das restrições de cada jornalista/veículo. “Havendo racionalidade, equilíbrio, entende-se nos meios jornalísticos que haverá fidelidade narrativa, para a qual, entretanto, um ingrediente é também essencial: é preciso que aquilo que o político declarou coincida com a realidade” (Barreto, 2006, p. 14). Ou seja, para que funcione, a relação precisa de equilíbrio e transparência das duas partes.

A disputa pela definição da agenda dos meios de comunicação, que ocorre entre os jornalistas, e os atores políticos, é discutida por Flávia Biroli (2017). Ela aponta uma “concentração do noticiário em alguns atores” determinados:

A concentração do noticiário em alguns atores e o insulamento da política nos limites das instituições que constituem os poderes Executivo, Legislativo, e, em menor medida, Judiciário produz uma visão da política separada de outras esferas e dinâmicas sociais e, principalmente, distante do cidadão comum. Por isso é que mesmo quando alguns conflitos, como aqueles entre partidos ou entre governo e oposição, dão o tom ao noticiário, há ainda a suspensão de conflitos que podemos entender como mais fundamentais - que correspondem ao elo entre as divisões na esfera da política, em sentido restrito, e as divisões socialmente relevantes. (BIROLI, 2017, p. 99).

Assim, Biroli aponta para um distanciamento da política em relação ao cidadão – a política passa a ser algo realizado apenas nas três esferas mencionadas por Biroli e perde, em certa medida, o aspecto de ação social – da qual a população em geral poderia tomar parte. A autora também faz uma observação sobre o que não se encontra, de forma frequente, nos noticiários em geral:

A ausência de empresários [nos noticiários] corresponde à ausência de elos importantes para o entendimento do exercício diferenciado do poder políticos e das formas, também diferenciadas, de pressão sobre o Estado e sobre a agenda pública. Significa, também, a ausência de aspectos relevantes para o entendimento de temas que o próprio noticiário destaca, como os escândalos de corrupção. (BIROLI, 2017, p. 100).

É em razão dessas pressões exercidas sobre o Estado e a agenda pública e os temas destacados no noticiário que, para Biroli, analisar quais atores estão presentes e quais não estão presentes nos noticiários é uma forma de abordar quais “limites de consenso são estabelecidos” (BIROLI, 2017, p. 100). Para a autora, “trata-se de tematizar, a partir desse aspecto específico das representações da política - *quem tem acesso à política e quem tem acesso ao noticiário político* -, os limites atuais da própria democracia” (BIROLI, 2017, 100-101, itálico mantido conforme o original).

Biroli e Miguel (2017) apontam a objetividade como uma das ferramentas utilizadas pelos jornalistas para navegarem as tensões entre os interesses dos profissionais e os interesses dos políticos. Segundo os autores, a objetividade é “a bandeira que os profissionais erguem para se defender das pressões ligadas aos interesses políticos ou econômicos dos patrões” (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 65), mas para os pesquisadores, isso não tornaria os jornalistas profissionais isentos de interesses, mas sim uma categoria capaz de representar interesses coletivos:

A defesa da objetividade funciona, também, como um modo de isolar a atividade jornalística da influência de interesses que, pela via do poder público ou do poder econômico, tentariam subjugar-lá. Mas isso não significa que os jornalistas se coloquem, idealmente, em uma posição “desinteressada”. Eles seriam, diferentemente, capazes de vocalizar o

interesse da totalidade, acima dos interesses parciais. (BIROLI E MIGUEL, p. 70, 2017).

Para Biroli “o fato de que a objetividade seja parte da deontologia do jornalismo não anula a prática política, ainda que a reconfigure” (2017, p. 93). A questão da objetividade também é discutida por Michael Schudson (2001), conforme citado por Biroli e Miguel, em especial ao que se percebe a respeito de jornalistas partidários:

A norma da objetividade leva os jornalistas a separar fatos de valores e a noticiar apenas os fatos. Espera-se que o tom da reportagem objetiva seja frio, em vez de emotivo. A reportagem objetiva cuida para representar, de forma justa, cada um dos lados principais numa controvérsia política. De acordo com a norma de objetividade, o trabalho do jornalista consiste em reportar algo chamado ‘notícia’ sem comentá-la, enviesá-la ou conformar sua formulação de qualquer maneira. O valor da objetividade é afirmado especificamente contra o jornalismo partidário, no qual os jornais são os aliados declarados ou agentes de partidos políticos e suas notícias são um elemento de luta partidária. Jornalistas partidários, tal como jornalistas objetivos, tipicamente rejeitam inexatidão, mentira e desinformação, mas não hesitam em apresentar a informação da perspectiva de um partido ou facção em particular. (SCHUDSON, 2001:150, apud BIROLI E MIGUEL, p. 85-86, 2017).

Conforme o recorte de Schudson (2001, apud BIROLI; MIGUEL 2017, p. 86), o jornalismo partidário não é realizado sem checagem de fatos e compromisso com o leitor, ao procurarem relatar informações corretas. A diferença está na apresentação da informação através de um viés partidário – que, ao ser declarado, muitas vezes permite ao próprio leitor uma interpretação crítica daquilo que ele lê e sabe se tratar de algo escrito com perspectiva política.

Álvaro Pereira (2006, p. 90) aponta Pompeu de Souza, junto de Odilo Filho Costa, editor-chefe do Jornal do Brasil, como quem “adotou - pela primeira vez no Brasil - a separação entre ‘informação’ e ‘opinião’.” Ele completa que, “até aquele momento, década de 1950, os jornais utilizavam uma linguagem engajada e panfletária”. Segundo Pereira os conceitos como imparcialidade e isenção não eram levados em consideração “ao contrário, o texto das matérias era carregado de adjetivos - às vezes elogiosos, às vezes depreciativos, dependendo da tendência do jornal” (2006, p. 90). Comentando sobre o jornalismo mais recente, onde o profissional busca sempre mais de um ponto de vista para contar sua história ao público, o autor, discute a importância da credibilidade, e considera que, “para passar credibilidade, o repórter precisa estar convencido de que a sua informação é a mais correta, a mais

próxima da verdade. É fundamental estar convencido para convencer os outros” (PEREIRA, 2006, p. 100).

Barreto (2006) também aponta para uma tendência que se vê, principalmente, em jornais diários: o da não-reflexão, não-contextualização dos acontecimentos. Joga-se o fato como algo isolado, em uma nota de coluna opinativa ou em uma matéria secundária - mas ao ignorar o contexto da ação ou declaração do político, ignora-se o debate e confronto de ideias. Na política tudo é contexto, é uma reação ou resposta a algo que ocorreu anteriormente - sem contextualização histórica, é impossível que o leitor tenha uma compreensão ampla daquilo que está sendo relatado. Esse é um dos “perigos”, apontados por Barreto (2006), do jornalismo atual, cujos profissionais às vezes pecam por quererem ser os primeiros a darem a notícia.

Os autores Araújo e Jorge (2015) também discutem, ao falar da cobertura jornalística sobre escândalos de corrupção, a falta de debate:

Uma das críticas que apontamos à cobertura jornalística da corrupção é justamente a recusa dos veículos em colocar as questões essenciais, como enfatizam os autores, em torno do fenômeno — que, por natureza, é complexo —, para ajudar o público a compreendê-lo melhor. Geralmente, as abordagens se limitam a apontar a sua existência entre nós e, quando muito, os seus malefícios. (ARAÚJO; JORGE, 2015, p.6).

Ainda, segundo Barreto, os políticos, por sua vez, veem a notícia literalmente como um “bem” a ser disputado:

A preocupação com a visibilidade tem ocupado o tempo dos políticos e preocupado seu planejamento de mídia pelo fato de que o jornal, da mesma forma como pode trazer notícias favoráveis, permite-se exibir noticiário onde estes sejam flagrados em atitudes pessoais ou administrativas inconciliáveis com o que se espera de alguém no desempenho de função pública. Esse processo é complicado, do ponto de vista de relações com os jornalistas. Os contatos com os jornalistas são arriscados para o político por dizer respeito a um terceiro interveniente, o leitor, que se encontra na qualidade de julgador social de sua atuação, mediante a leitura do noticiário. (BARRETO, 2006 p.20).

Essa preocupação apontada por Barreto também é indiretamente discutida na pesquisa de Araújo e Jorge (2015), que comentam o papel desenvolvido por alguns jornais, que têm o poder de descreditar muitos políticos. “Em outras palavras, a prática jornalística se apresenta como grande desqualificadora da vida política, contribuindo para o reforço e a naturalização do valor da desconfiança, culturalmente enraizado entre nós” (ARAÚJO e JORGE, 2015, p. 8).

Para Biroli e Miguel, o jornalismo pode também assumir “o papel de árbitro nas disputas entre as elites políticas” (2017, p.75), monitorando e informando as ações de órgãos e atores políticos ao público. Segundo os autores:

O jornalismo pode também, e concomitantemente, assumir o papel de árbitro nas disputas entre as elites políticas. Nesse caso, o trabalho consistiria em atribuir significados ao comportamento dos atores e ao funcionamento das instituições, colando a eles julgamentos que exibem, diante do público, seu grau de adequação às práticas que seriam incontestavelmente adequadas e aos valores tidos como universais. (BIROLI E MIGUEL, p. 75, 2017).

O papel e a responsabilidade do jornalismo ao reproduzir esses mesmos valores volta a ser discutido pela dupla de autores, que sustentam que, mesmo não estando vinculado a partido político algum, o jornalismo faz as vezes de um partido:

No sentido aqui trabalhado, o jornalismo objetivo não deixou de ocupar a função de partido, mesmo que não se vincule a um partido político: representa interesses e perspectivas sociais específicos, estabelece mediações entre as instituições políticas e os cidadãos, procura impor visões de mundo e forjar consensos. Ele colabora para a reprodução de valores socialmente hegemônicos ao silenciar sobre as disputas em torno desses valores. Mas esse silêncio não significa a ausência de posições ou a acomodação a posições prévias, anteriores e exteriores. (BIROLI E MIGUEL, p. 87, 2017).

Na interpretação dos autores, o próprio jornalista atua, por vezes, como membro de um partido político – ele representa interesses sociais, como colocado por Biroli e Miguel, tidos como valores universais. O jornalismo também ajuda a ratificar que valores são esses. E ele tem assim um papel na construção dos fatos:

Ao apresentar julgamentos como fatos, o jornalismo participa ativamente da construção dos próprios fatos. Atua politicamente quando atribui significado às disputas presentes. E atua com maior eficácia quando, respaldados pelos ideais da objetividade e da imparcialidade, articula perspectivas e interesses parciais em discursos identificados como neutros e não posicionados. (BIROLI E MIGUEL, p. 87, 2017).

Em relação aos “discursos e interesses hegemônicos”, Biroli e Miguel (2017, p. 89) também consideram que “mais do que colocá-los em circulação, o jornalismo participa de sua afirmação, sobretudo por sua capacidade de legitimar e neutralizar determinadas compreensões da realidade”:

Atua em contextos marcados por conflitos e disputas horizontais e verticais. Representa “valores comuns” em sociedades estruturalmente marcadas por relações de poder assimétricas, traduzidas em vantagens e desvantagens para parcelas diferentes da população. Transcende, supostamente, os

conflitos em contextos marcados por disputas entre elites políticas. Dissimula, portanto, o fato de ser um ator político e funcionar, nesse sentido, como partido - independentemente de sua relação com partidos políticos específicos. (BIROLI E MIGUEL, p. 89, 2017).

A visão de que a atuação do jornalista se dá de forma partidária também é defendida por Flávia Biroli quando a autora diz que:

Defino a atuação do jornalismo como *partidária* porque entendo que expressa ativamente - e não apenas nas disputas eleitorais - uma posição política situada. O recurso à noção de atuação partidária é uma opção para ressaltar que essa posição situada é incontestável e para tensionar a dualidade partidário versus profissional. Destaco, assim, o fato de que o jornalismo é a expressão de *uma parte* nas disputas mesmo quando não existe alinhamento político-partidário estável. (BIROLI, p. 95, 2017, itálico mantido conforme original).

Para Biroli, então, o jornalista relata um dos vieses das disputas, mesmo que o jornalista não revele seu alinhamento político. Para ela, por vezes, a atuação pode se dar de forma assumidamente partidária, onde cada profissional exerce a profissão partindo do ponto de vista de seu alinhamento partidário.

Na literatura que se debruça sobre o jornalismo e sua relação com a política, há várias teorias. Para algumas escolas de pensamento, a relação entre jornalismo e política inevitavelmente faz com que a notícia chegue de forma distorcida – de acordo com interesses de uma categoria ou de outra. Traquina (2005) aponta que, nas teorias de ação política, o jornalista funciona como um instrumento desses interesses:

Seja de esquerda ou de direita, estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua visão de mundo, da sociedade, etc. (TRAQUINA, 2005, p. 163).

Conforme Traquina, nas teorias de ações políticas, para grupos que seguem ideologias de direita, a classe jornalista é a “nova classe de intelectuais” e se utiliza dos veículos de comunicação para propagar ideias anti-capitalistas. Já para aqueles com uma ideologia de esquerda, o jornalista é “conivente com as elites” e busca propagar os ideais capitalistas. Entre aqueles que seguem a linha de que jornalistas são coniventes com o capitalismo e as elites, estão Chomsky e Herman (1989, apud TRAQUINA, 2005), que fizeram um estudo dos media norte-americanos. Para eles, a conclusão do estudo foi que “os media reforçam os pontos de vista do establishment (o poder instituído) devido ao poder dos donos dos grandes meios de comunicação

social e dos anunciantes” (Traquina, 2005, p. 164). Traquina conclui que “segundo essa versão da teoria, existe um diretório dirigente da classe capitalista que dita aos diretores e jornalistas o que sai nos jornais” (2005, p. 164).

Essa visão da relação entre política, os políticos e os jornalistas sugere uma “total concordância entre o produto jornalístico e os interesses dos proprietários e das elites.” (TRAQUINA, 2005, p. 164) Para chegar a essa conclusão, conforme Traquina, Chomsky e Herman consideraram os seguintes fatores em seu estudo:

Estrutura da propriedade dos media, natureza capitalista (busca por lucros), dependência dos jornalistas nas fontes governamentais e do mundo empresarial, ações de punição dos poderosos e ideologia anti-comunista dominante entre os jornalistas norte-americanos. (TRAQUINA, 2005, p. 164).

Apesar de analisarem aspectos que são relevantes até mesmo para o panorama midiático atual no Brasil – Nelson Traquina (2005, p. 166) explica que para os autores norte-americanos, “os media norte-americanos estão altamente concentrados: uma dúzia domina o fluxo de notícias para o público” -, o próprio Traquina aponta algumas falhas no pensamento dos autores:

O problema central com o modelo proposto por Herman e Chomsky é a sua visão altamente determinista do funcionamento do campo jornalístico em que os jornalistas ou colaboram na utilização instrumentalista dos media noticiosos ou são totalmente submissos aos desígnios dos interesses dos proprietários. (TRAQUINA, 2005, p. 167).

Dessa forma, o raciocínio dos autores norte-americanos ignora a autonomia do jornalista, principalmente, como lembra Traquina (2005), aqueles que seguem carreira no jornalismo investigativo. Nem sempre o jornalista acata aquilo que podemos chamar de “política da boa vizinhança”, evitando problemas com o poder público ou privado – o jornalista muitas vezes é a figura que causa problemas e constrangimento para as pessoas que representam esses poderes. Além disso, os autores ignoram a outra ponta da equação: os leitores. Se os interesses dos políticos inevitavelmente estão sempre presentes e defendidos nos jornais, é possível supor também que o público fará essa relação e, tendo capacidade de notar esse alinhamento de interesses, tem também a capacidade e o direito de cobrar uma posição isenta dos jornalistas. O público, aliás, representa uma variável que, tendo percebido tal comportamento nos jornais, pode se portar de duas formas: é possível que dos jornalistas seja cobrada uma posição imparcial ou, ainda, é possível que os jornalistas

sejam chamados a defender os interesses do povo, dado que muitas vezes é como representante do povo que o jornalista é visto.

Seja defendendo ideias capitalistas ou não, há um aspecto da relação entre os jornalistas e suas fontes (entre elas estão, muitas vezes, os políticos) que nunca deixa de ser verdadeiro: “o acesso aos media é um poder” (Traquina, 2005, p. 197). E, quando se trata de fontes políticas ou que representam um poder público, esse jogo de poder é sempre um cabo de guerra, cada um puxando para o seu lado, buscando que seus interesses sejam os vencedores.

O autor Roberto Seabra, por sua vez, escreve sobre a história e processo do jornalismo político, em particular no Brasil. Para ele, é fundamental que o profissional que tem a intenção de produzir conteúdo jornalístico sobre política tenha um conhecimento aprofundado da história de seu país:

Ou seja, o jornalista que cobre política, que necessita produzir ou editar notícias todos os dias sobre este tema para seu veículo de comunicação não pode desconhecer a história do país (da mais remota à atual) e a do mundo, pelo menos a contemporânea. (SEABRA, 2006, p. 111).

Para o autor, esse é um conhecimento um pouco diferente do que o jornalista que escreve sobre economia - para Seabra (2006), para esse tipo de jornalismo, é necessário um “saber técnico”. Para escrever sobre política, o conhecimento do profissional deve ser mais abrangente. Ao falar um pouco da história do jornalismo político no Brasil, o autor menciona a tendência de misturar jornalismo, literatura e política no século XIX, dando o exemplo de José de Alencar, autor de *O Guarani*, que também atuava como jornalista e foi senador brasileiro. Seabra explica que a desassociação dessas esferas acontece no século seguinte, quando, segundo ele, acontece “a separação do que historicamente nunca deixou de andar junto” (SEABRA, 2006, p. 124).

Por um tempo, os jornalistas no Brasil rejeitaram a noção da objetividade, se posicionando abertamente. Seabra dá o exemplo dos veículos *O País* e *Correio da Manhã*. *O País* representava a “elite agroexportadora” do Brasil, e *O Correio* fazia oposição à “política do café com leite”. Para o autor, “os dois veículos assumiam o que os demais jornais tentavam esconder: naquele tempo imprensa tinha que tomar partido, ou corria o risco de desaparecer” (SEABRA, 2006, p. 125). O conceito norte-americano de objetividade é importado para o Brasil na próxima fase do jornalismo nacional, no período que Seabra considera que “a imprensa brasileira viveu seu auge”:

De 1945 a abril de 1964, quando o país retornará a viver sob um regime de exceção, a imprensa brasileira viveu seu auge. A redemocratização e a nova Constituição de 1946 inauguram um novo período de ouro para o país, marcado pelo desenvolvimento econômico, social e cultural. Os jornais e revistas brasileiros entram em nova fase, sob forte influência do modelo norte-americano de jornalismo. (SEABRA, 2006, p. 127).

Para Seabra, a “crônica política” seria capaz de alcançar o público com a revista *O Cruzeiro*, que na década de 1950 começa a publicar “as análises políticas de Carlos Castello Branco, o Castellinho, apontado por todos os jornalistas como o maior repórter político brasileiro de todos os tempos.” O autor considera que “Castellinho e outros conseguiram domesticar o imprevisível e levar o jornalismo político para outro patamar, o da análise e interpretação dos fatos” (2006, p. 129). Porém, essa fase áurea, segundo Seabra, tem seu fim em abril de 1964. Conforme sua análise, esse período teve “quase vinte anos de completa liberdade para o trabalho da imprensa. Seguir-se-iam quase vinte anos onde a liberdade de imprensa foi solapada pelo poder das forças armadas” (2006, p. 129). As pressões políticas e de interesses privados deixaram suas marcas no jornalismo nacional, como o autor aponta:

Essa mesma imprensa que em duas décadas construiu um novo modelo de jornalismo político, juntando informação, análise e interpretação dos acontecimentos, não conseguiu se livrar completamente do jogo político dos interesses privados. A pesada campanha que alguns dos maiores jornais do Rio e São Paulo fizeram contra o ex-ditador e depois presidente eleito pelo voto Getúlio Vargas, denunciando um suposto “mar de lama” no Palácio do Catete, encaixa-se naquilo que Ênio Silveira chamava de “jornalismo instigativo”. Esse mesmo tipo de jornalismo tentou desmoralizar o governo de Juscelino Kubitschek e jogou muita água no moinho da intolerância e do golpismo que, juntos, forçaram o afastamento de Jango da Presidência da República. Para esse tipo de jornalismo, a versão é mais importante que os fatos. (SEABRA, 2006, P. 130).

A prática desse “jornalismo instigativo” (SILVEIRA apud SEABRA, 2006, p. 130) é, em parte, a motivação para essa pesquisa. Como Seabra discute, um jornal que toma partido deixa de ser tolerado após o Brasil adotar o modelo norte-americano da busca pela objetividade. Então, restam poucos espaços onde é legítimo para o jornal expor suas opiniões e tentar persuadir o público de que elas são corretas. O editorial é uma delas.

Essa impossibilidade de praticar um jornalismo partidário continuou valendo mesmo após o fim da censura, no final da década de 70. Segundo Seabra, após os anos de Ditadura, jornalistas que “trabalharam na imprensa alternativa brasileira aproveitaram a experiência para levar para as redações um jornalismo politizado, não

necessariamente partidário, mas certamente comprometido com o restabelecimento da ordem democrática” (2006, p. 133). Foi esse jornalismo que presenciou a eleição de Fernando Collor de Melo, cujo processo de impeachment e renúncia, conforme relatados nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, será analisado nesta pesquisa.

O texto de Seabra é de mais dez anos atrás, porém já traz reflexões sobre o impacto das tecnologias na profissão do jornalista político. Para ele, a maior rapidez para obter informações “em geral resultou no aumento quantitativo da oferta de noticiário, sem garantias de qualidade deste material ofertado. Uma cobertura mais extensiva, mais abrangente, mas não imune ao erro” (2006, p. 137). O autor menciona o já citado Nelson Traquina, com seu conceito de três principais papéis para o jornalismo. Para Seabra (2006, p. 138), as “três grandes funções resumem bem os papéis do jornalismo político: informar, formar opinião e fiscalizar.” Com as novas tecnologias – conforme citadas por Seabra e considerando as evoluções que elas sofreram, de 2006 para cá –, o jornalista, em especial o jornalista que cobre política, enfrenta ainda mais desafios para trazer uma informação digna de credibilidade ao público e cumprir com essas três funções fundamentais.

No próximo capítulo, dando continuidade o referencial teórico, abordo o conceito do jornalismo opinativo, em especial, sobre o papel do editorial.

4 LEGITIMIDADE DA OPINIÃO NO JORNALISMO: O EDITORIAL

A opinião, no jornalismo, costuma ser vista com desconfiança. Para buscar legitimidade e credibilidade, procura-se a tão falada “objetividade” no jornalismo, a capacidade de apresentar os fatos ao leitor de forma imparcial e isenta, exatamente como um relato fiel da realidade. Como expressaram Camila Mont’Alverne e Francisco Paulo Jamil Marques (2015, p. 124), “a distinção entre opinião e informação, portanto, tem como objetivo dar à audiência a impressão de que o noticiário estaria isento de impressões dos repórteres ou da própria empresa”. Porém, é perceptível que as crenças e opiniões dos repórteres escorregam por entre determinados enquadramentos, quantidade de tempo ou espaço dedicado a essa ou àquela fonte, forma ou recorte de abordagem de determinado assunto. Analisando esses aspectos, é possível inferir qual a posição de um veículo sobre determinada questão. O editorial, por sua vez, é um dos únicos espaços das publicações nos quais é considerado legítimo a aparição da opinião dos veículos - e mesmo assim, ela é feita de forma impessoal, sem identificar quem escreve o editorial, ainda em uma espécie de busca pela imagem isenta do jornal.

Os estudos que se debruçam sobre o editorial no Brasil e seu papel perante a sociedade ainda são poucos - o que pode ser explicado pela relutância dos jornais brasileiros de se posicionarem em relação a quaisquer questões, sejam elas polêmicas ou não - ou a determinadas candidaturas políticas. É uma tendência nacional que não necessariamente reflete o cenário mundial - por exemplo, na Espanha, “o periódico que renuncia a mostrar abertamente sua linha editorial constitui uma exceção” (ARMAÑANZAS, NOCÍ, 1996, apud MONT’ALVERNE, MARQUES, 2015, p. 129). Essa relutância, por sua vez, pode ser explicada pela cobrança muito maior que teriam por parte do público, que seria capaz de observar com muito mais clareza o posicionamento do veículo em relação a certas situações, por meio dos aspectos já mencionados aqui, como espaço dado a uma fonte ou um viés de abordagem de um assunto. Por outro lado, é uma prática que de certa forma confere mais honestidade e transparência a uma publicação - se por um lado, o jornal arrisca perder uma parcela de seus leitores, ele também tem chances de ganhar a fidelidade de um novo público e fortalecer seu vínculo com leitores antigos.

Para Beltrão (1980, p.52), o editorial tem a capacidade de apresentar a “dimensão da profundidade.” Segundo ele, de uma notícia, o editorial é capaz de

retirar, “mediante a análise de suas causas e consequências, inferências e conclusões que apresenta como um roteiro à comunidade.” Para Beltrão, “o editorial é a voz do jornal.” Ele aponta, em seu livro *Jornalismo Opinativo*, a obrigação que o jornalista tem de fazer uma reflexão a respeito dos fatos - algo que, no caso da mídia impressa, deve ser feito dentro da redação e, posteriormente, se manifestar no editorial.

A realidade humana - única que interessa no jornalismo - fala por meio do acontecimento, e o editorial tem de traduzir essa linguagem dos fatos, ininteligíveis ao não especializado, em termos de geral compreensibilidade. Ao traduzir o idioma da realidade, o editorial nos dá o significado do que acaba de acontecer. (MOSTAZA, 1953 apud BELTRÃO, 1980, p. 48).

O editorial está dentro de um dos chamados gêneros jornalísticos: o opinativo. Há alguns estudos sobre os gêneros dentro do jornalismo. Mikhail Bakhtin (1986) considera que gêneros são “tipos relativamente estáveis de expressões linguísticas desenvolvidas em situações comunicacionais específicas, que se refletem na forma, no conteúdo e na estrutura” (BAKHTIN, 1986, apud ASSIS, MARQUES DE MELO, 2013, p. 23). A Espanha foi um dos países pioneiros em estudos de gêneros jornalísticos, como aponta Felipe Pena:

A Universidade de Navarra, na Espanha, foi um dos primeiros centros de investigação a sistematizar o estudo dos gêneros jornalísticos, desde 1959. Inicialmente, os textos foram divididos em informativos, explicativos, opinativos e entretenimento. Posteriormente, o pesquisador catalão Hector Borrat sugeriu a divisão em textos narrativos, descritivos e argumentativos. No Brasil, Luiz Beltrão foi o pioneiro, seguido do professor José Marques de Mello, cujas propostas foram baseadas nos seguintes critérios: 1) finalidade do texto; 2) estilo; 3) Modos de escrita; 4) natureza do tema; e 5) articulações interculturais (cultura). As sistematizações de Marques de Mello também levam em conta a geografia, o contexto sociopolítico, a cultura, os modos de produção e as correntes de pensamento. (PENA, 2008, p. 19).

Na literatura que discute o gênero no jornalismo, também se fala de formatos. McQuail (2003) afirma que formatos são “sub-rotinas para lidar com temas específicos dentro de um gênero” (MCQUAIL, 2003, apud ASSIS, MARQUES DE MELO, 2013, p. 28). Francisco de Assis e José Marques de Melo assinalam que a função do gênero opinativo no jornalismo é ser um “fórum de ideias” (2013, p. 31). Para Lia Seixas (2013, p. 84), “o principal critério de definição de gêneros jornalísticos para os estudos classificatórios é a finalidade de composição”, que Marques de Melo (1994) denomina de “intencionalidade.” É interessante, já que no editorial estão expostas as opiniões

do veículo de comunicação, considerar o que a autora diz sobre a relação entre intencionalidade e o emissor:

A intencionalidade é a que põe mais luzes no elemento emissor, quando chama a atenção para a organização jornalística. Todavia, sabe-se que há a necessidade do reconhecimento da finalidade para a ação do gênero, embora se analise em que medida as intenções do indivíduo têm lugar nas estratégias discursivas. (SEIXAS, 2013, p. 84-85).

Para os dois autores, “os gêneros refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar, porque justamente nos gêneros esse público encontra respaldo para suas ações cotidianas ou, mesmo, para o exercício da cidadania.” (ASSIS, MARQUES DE MELO, 2013, p. 31) Ao discorrerem sobre o gênero opinativo, os pesquisadores fazem a seguinte observação sobre a diferença do editorial para as demais produções consideradas como sendo do gênero:

Tomemos como exemplo o gênero opinativo. Pouco há de diferente, externamente, entre os formatos editorial, artigo e comentário. O primeiro talvez seja o que mais se distancia, pelo fato de não trazer assinatura de um autor, já que registra um posicionamento institucional. (ASSIS, MARQUES DE MELO, 2013, p. 34).

Em seu livro *Jornalismo Opinativo: Gêneros Opinativos no Jornalismo Brasileiro*, Marques de Melo discorre bastante sobre o editorial como uma forma de expressão da opinião, e portanto, da linha editorial, do veículo. O autor considera, em relação à linha editorial, que:

A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se amplia na prática a *linha editorial*. A seleção significa, portanto, a ótica através da qual a empresa jornalística vê o mundo. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 75, *itálico mantido conforme texto original*).

Ou seja, a linha editorial de um veículo pode ser aferida, de forma mais clara, através daquilo que o jornal publica em seus editoriais, mas também na seleção de quais informações serão divulgadas. Há uma série de decisões a serem feitas sobre quais dados e, portanto, quais notícias ganharão as páginas dos jornais e quais não são tão importantes, a ponto de serem deixadas de lado pela publicação. Mas o editorial continua sendo a principal fonte de consulta para quem deseja entender o posicionamento do veículo, como diz Marques de Melo (2003, p. 102): “A opinião da empresa, ademais de se manifestar no conjunto da orientação editorial (seleção,

destaque, titulação), aparece oficialmente no *editorial*.” (Itálico mantido conforme texto original) O autor procura esclarecer o que “opinião da empresa” significa, em uma sociedade capitalista:

Pois, nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 103-104).

São, então, várias forças que tencionam o que o leitor encontrará nos discursos dos editoriais. Como Marques de Melo coloca, “seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana” (2003, p. 104). Estabelecido então o significado dessa “opinião institucional”, o autor busca um esclarecimento a respeito do direcionamento dessa opinião. Ele chega a uma conclusão que difere um pouco dos demais autores citados nesse capítulo: para Marques de Melo, a “resposta tranquila”, de que o editorial se dirige à opinião pública e à coletividade, é algo que “acontece em relação às empresas que atuam nas sociedades que possuem uma opinião pública autônoma. Em outras palavras: que dispõem de uma sociedade civil forte e organizada, contrapondo-se ao poder do Estado” (2003, p. 104). Ele chega à conclusão de que este não é o caso do Brasil:

Este não é o caso da sociedade brasileira, cuja organização política tem no Estado uma entidade todo-poderosa, presente em todos os níveis da vida social. Por isso é que os editoriais difundidos pelas empresas jornalísticas, embora se dirijam formalmente à ‘opinião pública’ na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 104).

Para o autor, os editoriais trazem mensagens direcionadas aos “dirigentes do aparelho burocrático do Estado” e procuram dizer a eles “como gostariam de orientar os assuntos públicos” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 104-105). Porém, o pesquisador considera que não se trata, nesse caso, da abordagem de assuntos que interessam e são reivindicações do público, mas é “muito mais um trabalho de ‘coação’ ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que

representam. Esta é a nossa percepção do editorial na imprensa brasileira.” Tendo em mente esse poder, de expressar ao Estado a opinião do veículo, “as instituições jornalísticas atribuem à produção dos editoriais uma atenção toda especial que supõe plena integração entre as políticas da empresa e os interesses corporativos que defendem” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 105).

Há um grande cuidado para que esses interesses e pontos de vista sejam traduzidos de forma correta para o editorial. Em muitos casos, como aponta Marques de Melo, são jornalistas experientes que fazem essa “ponte” e, não os donos do veículo em si:

Como hoje as empresas jornalísticas pertencem a grandes corporações ou são gerenciadas por pessoas que nem sempre emergiram profissionalmente do jornalismo, é compreensível que precisem apelar para redatores tarimbados que fazem a mediação entre a opinião institucional e a mensagem estampada nos editoriais. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 107).

A prática de não levantar, nos editoriais, assuntos que são do cotidiano do público e portanto correspondem aos seus maiores interesses, além de serem longos e pouco legíveis, fez com que por bastante tempo eles não fossem lidos no Brasil. Isso mudou – eles se tornaram mais sucintos e ficaram menos “escondidos” nos jornais, porém, Marques de Melo aponta que os editoriais continuam “deixando à margem problemas ligados ao mundo do trabalho, à saúde, à educação” e caso “eventualmente tais nuances são captadas e valoradas é porque assumem o caráter de assuntos que atestam a disfuncionalidade ou a negligência dos organismos governamentais. Nunca são tratados na sua essência” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 109). Para o autor, esse problema não é restrito aos editoriais – mas sim, um problema que aparece, de forma geral, no jornalismo brasileiro: “trata-se de uma característica dos jornais diários brasileiros, que assumem postura claramente elitista” (2003, p. 109).

Na sequência discuto o conceito de trauma e a importância em narrar experiências traumáticas, em um esforço para compreender algumas das sequências discursivas que irão aparecer na análise.

5 O TRAUMA E AS VERSÕES DOS FATOS

Durante a análise dos discursos dos editoriais selecionados, como se verá mais adiante neste trabalho, foram encontradas referências a um “trauma”, “evento traumático” pelo qual a população brasileira passou – sempre mencionado como algo a ser superado pelos brasileiros. Para entender melhor os sentidos por trás dessa afirmação, fui buscar referências a respeito do trauma. Neste capítulo, o trauma e a necessidade de narrá-lo e a maneira como a memória de um evento pode ser – evocando inclusive aquilo que já foi dito por Rodrigo Alsina (2009) – uma construção coletiva, vão ser abordados, considerando textos do autor Márcio Seligmann-Silva (2008).

Em *Narrar o Trauma: A Questão dos Testemunhos de Catástrofes*, Seligmann-Silva aborda a importância que a narrativa tem para aqueles que passaram por eventos que podem ser considerados traumáticos. Na citação abaixo, ele leva em conta o Holocausto e os judeus que estiveram em campos de concentração (o “Lager” mencionado abaixo):

A narrativa teria, portanto, dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma ponte com “os outros”, de conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da outridade, de romper com os muros do Lager. A narrativa seria a picareta que poderia ajudar a derrubar este muro. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.66).

Ou seja, o poder da narrativa está em tornar a experiência do outro alcançável, fazer com que outros possam se relacionar com essa vivência. É também uma forma de legitimar aquilo pelo qual o outro passou – é uma forma, então, de superar esse trauma. Ou, como o próprio Seligmann-Silva diz, “narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer” (2008, p.66).

Outra afirmação do autor vai ao encontro do que Rodrigo Alsina (2009) fala sobre a construção da notícia – de forma similar, para Seligmann-Silva, a memória de um trauma é uma construção coletiva. Ele diz que: “a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade” (2008, p. 67). Ou seja, assim como em uma notícia, talvez a versão dos fatos de uma determinada testemunha (e, como veremos mais adiante, o testemunho é algo muito estudado por Seligmann-Silva) não é equivalente à versão que acaba sendo disseminada na sociedade – ou, ainda, o testemunho individual é

equivalente ao contraponto necessário na produção jornalística. Há, na obra do autor, um apontamento que também conversa com os momentos em que os editoriais selecionados foram escritos. Citando Dori Laub e o relato do próprio sobre o Holocausto, Seligmann-Silva escreve:

Neste trabalho ele destacou a impossibilidade daquele que esteve no Lager (o que se passou com o próprio Laub quando criança) de ter condições de se afastar de um evento tão contaminante para poder gerar um testemunho lúcido e íntegro. (LAUB, 1995 apud SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 67).

“Um evento tão contaminante”. Como será visto na análise, os próprios textos analisados mencionam que são épocas de “polarização” da população, em que parte acredita em uma narrativa dos fatos, e outra parcela vê, por exemplo, o governo e suas explicações e informações com desconfiança. É nesse tipo de ambiente que fica difícil, como Laub (1995) comenta, trazer um testemunho – o que poderíamos interpretar, por que não, como uma “versão dos fatos” – “lúcido” e “íntegro”. A busca pela mítica verdade e objetividade dos fatos é ainda mais difícil em contextos acalorados como o descrito acima.

Conversando um pouco com a ideia de que o trauma é algo que deve ser superado, um evento que ou força o indivíduo a mudar, a se transformar para poder ultrapassar, ou é algo que estará sempre presente na vida dessa pessoa, o autor afirma que: “mais especificamente, o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa. O trauma mostra-se, portanto, como o fato psicanalítico prototípico no que concerne à sua estrutura temporal” (SELIGMANN-SILVA, 2008, 69). Ele continua, falando da memória do trauma, citando Primo Levi para exemplificar o que quer dizer: “Levi diz que neste hoje da sua escritura ele não está certo se os fatos (do Lager) de fato aconteceram. Este teor de irrealidade é sabidamente característico quando se trata da percepção da memória do trauma”. (LEVI, 1997 apud SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69). Aqui, o autor mais uma vez se utiliza do testemunho do Holocausto para trazer um exemplo concreto sobre o que quer dizer. Nesse trecho, a ideia de que o testemunho, a narração, ou seja, o simples ato de contar e registrar os acontecimentos podem dar legitimidade aos fatos. É, então, uma maneira de afirmar que o evento traumático de fato ocorreu e ao mesmo tempo uma ferramenta de superação desse trauma. A ideia de Seligmann-Silva exposta anteriormente, de que narrar é uma forma de renascimento para a testemunha, é retomada em um trecho em que o pesquisador cita Hélène Piralin (2000):

Piralian fala também, e de modo muito feliz, de uma tridimensionalidade advinda da simbolização. Ao invés da imagem calcada e decalcada, chata, advinda do choque traumático, a cena simbolizada adquire tridimensionalidade. A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar esta nova dimensão aos fatos antes enterrados. Conquistar esta nova dimensão equivale a conseguir sair da posição do sobrevivente para voltar à vida. Significa ir da sobre-vida à vida. (PIRALIAN, 2000 apud SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69).

Além de trazer essa ideia de que a narração dos eventos é um renascimento, traz o reconhecimento de que eles de fato ocorreram. Piralian (2000), conforme cita Seligmann-Silva, também fala sobre o que acontece quando não há esse reconhecimento. É o que a autora chama de “negacionismo”, quando o evento traumático não é reconhecido, contado – quando não há afirmação de que aquilo que foi vivido pelas testemunhas realmente aconteceu. Seligmann-Silva explica que a autora escreveu sobre o genocídio de armênios entre 1915 e 1916, que é negado pelo governo da Turquia. Assim, ao negar que o trauma ocorreu, o governo nega às vítimas a possibilidade de superar a experiência:

O negacionista parece coincidir com o sentimento comum que afirma a impossibilidade de algo tão excepcional. O apagamento dos locais e marcas das atrocidades corresponde àquilo que no imaginário posterior também tende a se afirmar: não foi verdade. A resistência quando se trata de se enfrentar o real parece estar do lado do negacionismo. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 75).

Em *Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes*, onde o autor trata novamente do testemunho e também da política da memória, Seligmann-Silva traz mais uma vez a noção de que as narrativas têm um papel na formação da identidade coletiva de uma nação, que a memória de uma nação faz dela quem ela é – em especial aquelas que passaram por catástrofes:

Na “era das catástrofes” a identidade coletiva (e mesmo nacional) tende a se articular cada vez menos com base na “grande narrativa” dos fatos e personagens heroicos e a enfatizar as rupturas e derrotas. Daí também a atualidade do conceito de testemunho para articular a história e a memória do ponto de vista dos “vencidos”. O testemunho funciona como o guardião da memória. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 87-88).

Assim, para o autor, não se trata apenas de que a identidade de uma nação muitas vezes pode ser construída através de “grandes narrativas” (que, por sua vez, também são construídas socialmente), mas também de que o “testemunho” (ou, então, “versão”) que é majoritariamente aceito pela nação é a “grande narrativa”

vencedora – os testemunhos/versões dissonantes formam o que ele chama de “ponto de vista dos vencidos.” É preciso, então, narrar o trauma, ou uma experiência singular que possa ser comparada a um trauma, para que ele se torne real não só para quem teve a experiência em primeira mão, mas para todos que cercam essas pessoas e, num nível posterior, para que as “testemunhas” dessa experiência possam superá-la e, como diz Seligman-Silva, “renascer”.

No próximo capítulo, metodológico, faremos a análise dos editoriais utilizando como referencial a Análise do Discurso de linha francesa (AD), buscando identificar como foi construído o discurso da *Folha de S. Paulo*.

6 METODOLOGIA: ANÁLISE DO DISCURSO (AD)

O objetivo deste estudo, como já foi falado anteriormente, é compreender os sentidos construídos nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, em três momentos de tensão política do país: os eventos que antecedem o suicídio de Vargas e os impeachments de Collor e Dilma Rousseff. A ideia central é verificar se esses sentidos se repetem nos três momentos históricos e de que maneira esses sentidos constroem ideologicamente a imagem destes presidentes e de uma necessidade de mudança política.

A análise tomou de nove editoriais do jornal *Folha de S. Paulo*, listados abaixo, abrangendo os períodos de agosto de 1954, de agosto a outubro de 1992 e de dezembro de 2015 a abril de 2016. Sendo assim, a pesquisa se caracteriza como *ex-post-facto*, que busca compreender eventos que já ocorreram e na metodologia o procedimento adotado, visto que esse tipo de análise se preocupa em desvelar os sentidos e ideologias em circulação a partir de uma materialidade, foi a análise de discurso de linha francesa (AD). A pesquisa buscou, justamente, compreender o que foi dito pela *Folha* em seu discurso, nestes momentos históricos.

Para Caregnato e Mutti (2006, p. 680), a linha francesa da Análise de Discurso é aquela “na qual a linguagem é estudada não apenas enquanto forma lingüística como também enquanto forma material da ideologia.” Por isso a escolha de seguir o pensamento de linha francesa da AD.

Conforme aponta Gregolin (1995, p.17), “ao analisarmos o discurso, estaremos inevitavelmente diante da questão de como ele se relaciona com a situação que o criou”, o que reforça a ideia de Foucault (1970 apud GREGOLIN 1995), que diz que o discurso está intimamente ligado ao contexto no qual foi produzido: ou seja, para entender o texto e seu sentido, é preciso antes conhecer o contexto no qual ele foi gerado.

Para buscar esse sentido e executar os objetivos da pesquisa, foram cumpridas quatro etapas na metodologia de pesquisa: a primeira etapa consistiu em uma leitura inicial do texto, em uma pré-análise, para selecionar os nove editoriais que compõem a pesquisa. Depois, foi feita uma segunda leitura, mais aprofundada, já pensando no contexto em que cada editorial foi escrito. Como Caregnato e Mutti (2006, p. 682) colocam, na análise de discurso, “o importante é captar a marca linguística e relacioná-la ao contexto sócio-histórico.” Na terceira etapa, foi feita uma leitura para

justamente identificar essas marcas linguísticas, muitas vezes usadas como forma de persuasão, que busca convencer o leitor do que está sendo dito. Assim, através das sequências discursivas, foi possível chegar aos núcleos de sentidos a serem analisados na pesquisa.

Para o mapeamento dos sentidos, utilizando a AD, primeiro identificamos as sequências discursivas (SD), que são frases ou parágrafos inteiros que remetem a um determinado sentido e depois agrupamos esses sentidos em Núcleos de Sentidos (NS), ou, como alguns autores definem, de *Formação Discursiva* (FD). As Formações Discursivas, além de agregar os sentidos por proximidade, determinam os vários sentidos ideológicos presentes na análise. Benetti considera a ideologia a “segunda camada” do texto, “só evidente quando aplicamos o método” (2007, p. 111).

A autora define uma formação discursiva como “aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito” (BENETTI, 2007, p. 112). Além disso, acrescenta que em pesquisas preocupadas com o discurso o não dito tem tanta força quanto o que é dito. Neste trabalho, como assinalei anteriormente, utilizo a expressão Núcleo de Sentido para caracterizar as *Formações Discursivas*. Isto é, utilizo ND em vez de FD.

Para Benetti (2007), a AD é mais indicada para dois casos: mapeamento das vozes e identificação dos sentidos. Nesta pesquisa, vou identificar sentidos. A autora afirma que para a análise, é preciso compreender que a estrutura do texto vem de fora: “o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior.” (2007, p. 111). Para ela, o texto é a parte “visível” de um processo que pode iniciar “na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário.” (2007, p. 111) No caso dos editoriais, aqui selecionados, temos a história, a mídia e a ideologia.

Em suas considerações sobre o discurso, a autora entende que o fato de o discurso ser construído de forma intersubjetiva exige compreendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais. Benetti considera, ainda, que “dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos” e que “também o interpretar está afetado por sistemas de significação.” (2007, p. 109) Para a análise deste trabalho, a construção de sentidos leva em conta o enquadramento histórico mencionado pela autora. Sobre o papel da historicidade no discurso, Mariani aponta que:

Se as notícias publicadas trazem na sua constituição textual traços histórico-sociais, e isso faz parte dos processos de significação, é porque linguagem e história se constituem mutuamente e precisam ser pensados na sua historicidade. (MARIANI, 1999, apud BENETTI, 2007, p. 109).

Além de lembrar da questão histórico-social, que faz parte dos textos noticiosos, a autora alerta que o “sujeito-leitor também é constituído por processos sociais e históricos” (MARIANI, 1999, apud BENETTI, 2007, p. 109). Dessa forma, a complexidade das construções de sentido é ainda maior, porque tem a participação do leitor e da sua visão de mundo, resultado de seu próprio contexto histórico-social. Com isso, a autora problematiza a ideia de uma leitura/análise única e objetivada, que não leva em consideração as subjetividades e os processos históricos.

Para esta pesquisa, serão utilizados os seguintes editoriais:

Editorial 1 - *Atentado Covarde e Brutal* - Editorial veiculado na *Folha da Manhã*, em 6 de agosto de 1954 (Era Vargas).

Editorial 2 - *Nível Ideal de Consciência das Forças Armadas* - Editorial veiculado na *Folha da Manhã*, em 17 de agosto de 1954 (Era Vargas).

Editorial 3 - *Armas para a Democracia: os Títulos Eleitorais* - Editorial veiculado na *Folha da Manhã*, em 21 de agosto de 1954 (Era Vargas).

Editorial 4 – *Desinteresse Geral* - Editorial publicado na *Folha de S. Paulo* de 17 de agosto de 1992 (Era Collor).

Editorial 5 – *Alerta aos Políticos* - Editorial veiculado na *Folha de S. Paulo* de 1º de outubro de 1992 (Era Collor).

Editorial 6 - *A Palavra do Supremo* - Editorial veiculado na *Folha de S. Paulo* em 24 de setembro de 1992 (Era Collor).

Editorial 7 - *O Vício Contra o Vício* - Editorial veiculado na *Folha de S. Paulo* em 3 de dezembro de 2015. (Era Dilma)

Editorial 8 – *Recado Cabal* - Editorial veiculado na *Folha de S. Paulo*, em 14 de março de 2016. (Era Dilma)

Editorial 9 – *Decisão da Câmara* - Editorial veiculado na *Folha de S. Paulo* de 17 de abril de 2016. (Era Dilma)

Após ter definido quais as Sequências Discursivas³ (SDs) utilizar de cada editorial, o próximo passo foi organizá-las em Núcleos de Sentidos (NS). Os Núcleos

³ As sequências discursivas estão disponíveis pra consulta no ANEXO A.

agrupam as sequências de acordo com os seus sentidos ideológicos. Para a pesquisa, estabeleci três Núcleos de Sentidos: o NS1 Apelo à Mudança, o NS2 Necessidade de Organização e o NS3 Descontentamento Popular.

O primeiro é o **NS1 - Apelo à Mudança**: reúne as sequências que, de alguma forma ou outra, fazem um chamado à mudança da situação política, social e econômica daquele momento: seja mostrando a desorganização que o país se encontrava, evocando a sensação de insegurança provocada por episódios de violência (algo que, portanto, precisa mudar), trechos que apontam que os rumos do país estavam errados (às vezes até moralmente errados) e outros trechos, que eram um chamamento mais direto às mudanças, por vezes com tons de urgência nestes apelos.

Os dois outros Núcleos também têm relação com o discurso de mudança, mas suas sequências discursivas estão relacionadas a outros sentidos. No **NS2 - Necessidade de Organização**: temos a desorganização como um “argumento” para a necessidade de transformações no país, neste núcleo estão agregadas as sequências que trazem um sentido de organização - e de quem trará essa organização ao Brasil: os militares, o poder judiciário, o congresso, a própria população ou o nosso sistema eleitoral. Todas essas sequências trazem um sentido de que, com uma determinada mudança, haverá uma ordenação do país.

No último Núcleo de Sentidos, chamado de **NS3 - Descontentamento Popular**: estão compiladas as sequências que demonstram a frustração da população com a situação atual do país, seja através de ruptura de opiniões da população brasileira (um problema a ser superado, em prol da unidade do país), do desencanto da população com os políticos, das divergências entre interesse do governo e do povo, de uma sensação de trauma a ser superado ou simplesmente o descontentamento da população com o governo.

A seguir é realizada a análise propriamente dita, isto é, são apresentados os agrupamentos ideológicos, reunidos em cada um dos Núcleos de Sentidos (NS), e trazemos os trechos dos editoriais que ilustram este posicionamento discursivo.

Tabela 1 - Quantidade de Sequências Discursivas em cada Núcleo de Sentido

| Editoriais | NS1 Apelo à Mudança | NS2 Necessidade de Organização | NS3 Descontentamento Popular |
|------------|----------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|
| SDs Vargas | 9 | 2 | 2 |
| SDs Collor | 0 | 5 | 8 |
| SDs Dilma | 8 | 2 | 18 |
| Total | 17 | 9 | 28 |

Fonte: Elaborado pela autora

6.1 NÚCLEO DE SENTIDO 1 (NS1) - APELO À MUDANÇA

As primeiras Sequências Discursivas que fazem parte deste Núcleo foram mapeadas no Editorial 1, selecionado para a Era Vargas, texto veiculado na *Folha de S. Paulo*, em 6 de agosto de 1954, com o título *Atentado Covarde e Brutal*. O texto circulou três dias após o atentado ao jornalista Carlos Lacerda, cuja autoria foi atribuída a membros do Governo Vargas. Nele, encontrei as seguintes sequências discursivas que tratam sobre a construção de sentido de apelo à mudança:

Ao falar do atentado, o editorial diz que o acontecimento “emociona o Brasil inteiro, constitui outra deplorável e violenta demonstração do desprestígio em que a lei caiu no país”⁴ (SD1,1954). Como boa parte do texto, esse trecho é um chamado ao retorno da lei e da ordem – por esse motivo, grande parte das sequências discursivas mapeadas neste editorial estão no Núcleo de Sentido 2, Necessidade de Organização. Apesar disso, o apelo à mudança também está presente.

Mas, para trazer ao leitor o sentido de necessidade de mudança, a narrativa busca mexer com os sentimentos do leitor, trazendo aquilo que afeta a todos nós: a falta de segurança. O texto consegue esse efeito através de palavras como “violência”, evocando uma sensação de insegurança no leitor.

Em outra SD, também é possível inferir um sentido de necessidade de mudança: “Muitas de nossas autoridades, inclusive, do mesmo modo que os cidadãos

⁴ Todas as sequências discursivas serão citadas entre aspas, mesmo as citações recuadas para diferenciá-las das citações de autores.

particulares, estão ainda sob a nociva influência psicológica de regimes anteriores à atual fase de restauração democrática do país” (SD2, 1954). É um apelo à mudança, ao ato de deixar para trás pensamentos anteriores – ao classificar ideias anteriores como “nociva”, a *Folha* imprime no leitor uma urgência para deixar para trás costumes antigos.

Num trecho do mesmo editorial, onde era tratado sobre a liberdade de imprensa e da punição de jornalistas que abusam de sua posição, foi recortada a SD3, abaixo, que fala de “insegurança geral”:

“Assim, em suma, a Justiça é que deve decidir, a não ser que realmente se prefira criar uma situação de insegurança geral, de tal maneira que ninguém mais confie na ação do poder público.”

Essa SD, destacada acima, também, faz um alerta à população: da forma como está, não pode ficar. Mais uma vez, e aqui literalmente, o jornal evoca a possibilidade de “insegurança geral” se instaurar no país. Dessa forma, existe um sentido de (possíveis) consequências nas considerações do editorial.

Ainda, no mesmo editorial, mais uma vez faz referência à situação do país. “O pior, porém, é o que o atentado significa como sinal dos conturbados tempos que atravessamos” (SD4, 1954). O editorial termina com a seguinte sequência discursiva (SD5, 1954):

“Antes que o mal se generalize, é indispensável que se levantem vozes sensatas para combatê-lo, reclamando sobretudo, com os recursos legais de que dispomos, a rigorosa punição dos culpados por delitos que tão profundamente depõem contra os nossos foros de civilização e cultura.”

No trecho acima, (ao utilizar palavras como “combatê-lo”, expressões como “se levantem vozes sensatas”), a *Folha* mais uma vez busca utilizar o atentado para exprimir um sentido de que há algo de errado no país, ao utilizar expressões como “conturbados tempos” e “mal”. Deixa o leitor não só com a impressão de que os rumos do país estão errados, mas de que maiores problemas podem surgir.

O Editorial 3, *Armas para a Democracia*, é o último texto que foi selecionado da Era Vargas, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 21 de agosto de 1954, apenas três dias antes do suicídio do presidente. O texto faz um chamamento para as eleições de maio daquele ano, apontando que as armas da democracia são o voto. Identificamos a SD10, o seguinte trecho, no qual a renovação passa pelo legislativo e pelo executivo:

“renovar a Câmara dos Deputados, dois terços do Senado, as Assembleias Legislativas e a governança de onze unidades da Federação.” Vemos que essa SD lembra aos leitores e os encoraja a participar do pleito de 1955, para eleições em vários níveis.

A seguir, a SD9, trecho que inicia o editorial, traz que:

“Se realmente “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”, conforme reza em seu artigo 1º a Constituição da República, somente ao povo cabe extirpar de maneira radical as raízes dos males que no momento o afligem e que tão profundos abalos morais vêm causando ao sistema democrático de governo.” (SD9, 1954)

As expressões “raízes dos males” que afligem o povo e “profundos abalos morais” buscam passar ao leitor a sensação de que o momento do país é ruim - que há algo moralmente errado no Brasil - e por isso mudanças são necessárias, para isso o povo deve exercer seu poder de voto.

Em outra sequência discursiva, a SD12, no mesmo editorial, o sentido de mudança continua a ser acionado, agora em resposta às diversas crises pelo qual passa o país:

“É por essa forma, através dos processos orgânicos que caracterizam a democracia, a qual por isso mesmo deve presumir-se contra todas e quaisquer possibilidades de golpes ou contragolpes pretensamente salvadores, que o povo brasileiro pode conjurar as várias crises que neste instante o intranquilizam: moral, política, administrativa, econômica, partidária. Mas essa grande batalha cívica, cuja duração mais ou menos longa dependerá sempre da rapidez com que o povo souber reagir aos fatores adversos, não dispensa o uso das armas adequadas, que são os títulos eleitorais.” (SD12, 1954)

Nesse exemplo, além do sentido de mudança acionado em resposta às crises, há termos que permeiam o texto e criam uma metáfora de dever militar para se referir ao ato de votar nas eleições. Para a *Folha* as eleições são uma “batalha cívica” e os títulos eleitorais “armas adequadas”. Esse é um dos trechos que também caberia no segundo Núcleo, o de Necessidade de Organização, em função das metáforas militares. Porém foi mantido como exemplo do NS1, pois esses termos também dão um sentido de que há um mal a ser combatido.

A “metáfora militar” que é construída no texto acima, fica ainda mais sólida no início da próxima SD, abaixo:

“Os cidadãos que se mostram indiferentes ao porte desses instrumentos de luta procedem exatamente como os desertores que fogem à convocação para o serviço militar quando a pátria está em perigo. E aqueles que, embora alistados eleitoralmente, não se preocupam em retirar os respectivos títulos - ou, quando já o tenham feito, anunciam que não vão utilizá-los, porque deixarão de atender ao apelo das urnas - são como os soldados que abandonam os próprios companheiros em meio ao combate, contribuindo com sua fuga para a vitória do inimigo.” (SD13, 1954)

Fica visível, no trecho anterior, o sentido de contraponto entre “nós x eles” e de que o país está em um momento crítico, através do uso de expressões como “quando a pátria está em perigo” (trazendo novamente o sentido de insegurança), “soldados que abandonam os próprios companheiros em meio ao combate” e “a vitória do inimigo.” Há um mal a ser vencido, portanto, o estado atual das coisas no país deve mudar. O mal, nesse caso, são as questões às quais os militares se opõem, como as reformas sociais que Vargas buscava trazer ao país.

No Editorial 7, *O Vício Contra o Vício*, primeiro texto selecionado da Era Dilma, veiculado um dia após Eduardo Cunha (PMDB) acatar o pedido de Impeachment da ex-presidenta, foi selecionada a seguinte trecho:

“em nome dos padrões de seriedade e ética que o petismo tem dado tantas mostras de desprezar, eis que o processo de impeachment de Dilma se inaugura”. (SD30, 2015)

A SD30, acima, carrega um sentido de desaprovação do jornal em relação ao governo de Dilma e também em relação ao governo de Lula, ambos petistas. Esse sentido é reforçado pela expressão “tem dado tantas mostras de desprezar”. Na SD, também se percebe uma indicação de que algo inadequado e condenável ocorreu e, naquele momento, continua a ocorrer no país. Outro trecho que corrobora com essa visão é a SD31: “já se disse muitas vezes que a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude” (SD31, 2015). Para a *Folha*, nesse momento, há uma hipocrisia moral no país, fazendo com que o leitor pense nessas questões em termos de “vício” versus “virtude”, a começar pelo título do editorial. A seguir, outro trecho que se soma a esta visão:

“acuada entre o cinismo e a incompetência, entre a chantagem e o esbulho, entre a propina e a pedalada, a virtude parece silenciar-se, depois de ter ido às ruas tantas vezes nos últimos anos”. (SD32, 2015)

A SD, acima, traz outra forma de persuadir o leitor sobre uma necessidade de mudar o país e a forma como ele é conduzido: mostrar a decadência moral em que o Brasil se encontra.

Já no Editorial *Decisão da Câmara*, publicado em 17 de abril de 2016, dia da votação pela abertura do processo de impeachment de Dilma pela Câmara dos Deputados, a SD45 traz um sentido de que o momento de incerteza e crise política vivido no país é singular, diferente de todos os outros vividos anteriormente: “em nenhum instante, contudo, foram tão grandes a impressão de complexidade, a carga de paradoxos, a variedade de alternativas e atitudes que a situação vem trazer aos olhos dos brasileiros.” Esse sentido, de que a população vive um momento único na história do país, fica evidenciado através de expressões como “em nenhum instante” e “tão grandes”, que traz uma ênfase para essa situação.

Outra sequência, no mesmo editorial exprime um sentido de urgência para medidas que trarão uma mudança, conforme o trecho a seguir:

“Trata-se de votar a autorização para a abertura de um processo por crime de responsabilidade da presidente, a ser ainda examinado, em caso de vitória da oposição, pelo Senado Federal - num prazo que deveria ser abreviado tanto quanto possível”. (SD46, 2016)

Outra forma possível de convencimento pela necessidade de mudança é tentar mostrar o que não está certo - mostrando a desorganização dos governos atuais e os aspectos em que as políticas não estão funcionando. Encontrei algumas passagens que se encaixam nesse sentido, como o trecho do Editorial 9, *Decisão da Câmara*:

“Está exaurido pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder. O país definha, e a presidente e seu partido são responsáveis por isso”. (SD48)

No trecho selecionado, acima, fica evidente que o jornal responsabiliza Dilma - nesse ponto não se pode afirmar que é culpada pelo crime de responsabilidade, mas é responsabilizada - ela e o seu partido - pelo crime de mau governo. Assim, o jornal já passa uma sentença e dá seu aval para a rejeição da presidenta.

Essa interpretação também é expressa em outra sequência discursiva, retirada do mesmo editorial:

“O PIB recua, a inflação corrói salários, o desemprego aumenta, o crédito diminui; nenhum desses efeitos ocorreu sem que o dedo de Dilma estivesse entre as causas. Seu apetite intervencionista e sua inépcia gerencial arruinaram estatais como Petrobras e Eletrobrás e afugentaram investidores”. (SD49, 2016)

A frase “nenhum desses efeitos ocorreu sem que o dedo de Dilma estivesse entre as causas” não deixa ao leitor margem para dúvidas: Dilma não é, de acordo com a visão da *Folha de S. Paulo*, uma opção viável para o país. Como mostra também a SD50:

“Se a certa altura da caminhada Dilma insinuou uma tímida correção de rumos, já era tarde. A oposição fez tudo para barrar suas esporádicas tentativas de reconduzir a economia na direção da boa administração das contas públicas”.

No exemplo, a *Folha* reconhece outro agente: a oposição, que o leitor deve interpretar que também teve “seu dedo” entre as causas do fracasso dessa “correção de rumos”. Ainda assim, “já era tarde” - o leitor não é desviado da concepção de que Dilma Rousseff não é uma boa comandante para o Brasil.

6.2 NÚCLEO DE SENTIDO 2 (NS2) – NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO

Se no Núcleo de Sentido anterior foram encontradas sequências discursivas que falavam sobre o apelo a mudança diante da desorganização dos governos nos momentos históricos escolhidos, aqui há um sentido de organização. Quem - seja instituição ou pessoa - que irá organizar o caos em que o país se encontra varia de acordo com a época. Por vezes, a publicação aposta no poder judiciário, às vezes, no próprio povo - para a *Folha*, o povo jamais esqueceria os escândalos envolvendo o final do governo Collor, por exemplo. Dado que, no dia em que iniciei as seleções de editoriais que iriam representar esse período, Fernando Collor de Mello anunciou sua intenção de concorrer mais uma vez à presidência do país, creio que não teremos que esperar mais uma eleição⁵ de Collor para constatar que a *Folha de S. Paulo* estava equivocada.

A primeira sequência discursiva que selecionei é da Era Vargas, que, como já mencionado anteriormente, conta com várias referências ao militarismo e às

⁵ Atualmente Fernando Collor de Melo é senador pelo PTC, eleito em 2007 e reeleito em 2015. (SENADO FEDERAL, 2018).

instituições militares como sendo um modelo de ética a ser seguido. O Editorial 2, cujo título, *Nível Ideal de Consciência das Forças Armadas*, reforça o idealismo em torno dos militares, termina com a seguinte sequência discursiva:

“E, exprimindo o pensamento de todos os seus camaradas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, deu à nação esta garantia: “Caso os culpados não fossem presos ou não aparecessem, o caso seria considerado como novo e haveria nova reunião”. (SD8)

O trecho assegura à população de que as Forças Armadas resolveriam a questão do atentado contra o jornalista Carlos Lacerda. No Editorial 3, último escolhido da Era Vargas, há uma sequência discursiva que une militares e população, por meio de metáforas que comparam o serviço militar ao dever cívico de votar, como agentes de organização e mudança: “e isso, por outro lado, eleva o grau de consciência política dos cidadãos que, ao lado do cumprimento de suas demais obrigações para com a coletividade em que vivem, sabem também cumprir esse dever elementar.” (SD15)

A próxima sequência foi retirada do Editorial 5, da Era Collor, cujo título é *Alerta aos Políticos* e foi veiculado em 1º de outubro de 1992, após a Câmara dos Deputados autorizar a abertura do processo de Impeachment:

“A autorização do processo de impeachment por nada menos do que 88% da Câmara dos Deputados deve ser encarada pela classe política brasileira muito menos como efeito de seu próprio poder do que como demonstração de força da população, e mesmo como uma grave advertência”. (SD19, 1992)

Na SD, acima, esse sentido de organização é direcionado a dois agentes: a Câmara dos Deputados, e, como diz no próprio texto, “a demonstração de força” também veio da população. Outra sequência do mesmo artigo considera a aprovação do processo de Impeachment de Collor como uma “vitória da democracia” (SD22), ou seja, mais uma vez, o povo é o agente da organização nesse cenário.

A próxima sequência foi retirada do Editorial 6, ainda da Era Collor, *A Palavra do Supremo*, e faz do poder judiciário do Brasil o agente de organização:

“No julgamento do mandado de segurança impetrado pelo presidente da República contra a tramitação do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados, a Corte Suprema soube honrar, a um só tempo, sua função de guardião da Constituição, a independência harmônica dos poderes e, principalmente, os interesses superiores da nação”. (SD26, 1992)

Quando o editorial diz que a Corte Suprema “soube honrar sua função de guardiã da Constituição”, deixa o leitor com a sensação de que as irregularidades estão sendo novamente ordenadas - com honra. O judiciário continua sendo o ator da organização em outras duas sequências. Na SD27, de 1992:

“O primeiro ponto a saudar na decisão do STF é o apoio ao voto nominal e aberto, o único - como já se repetiu aqui à exaustão - moralmente aceitável quando se trata de definir o futuro de um mandato presidencial conferido em manifestação soberana do eleitorado”.

O leitor se sente assegurado de que o caminho apontado pelo STF é o caminho moralmente correto. Ou seja, de que o país está começando a se reorganizar.

Já na Era Dilma, a primeira sequência discursiva que se encaixa nesse núcleo é retirada do Editorial 7: “O processo que ora se abre dará ocasião a que todos examinem, com paixão, mas também com razão e prudência, os motivos concretos em torno do impeachment.” (SD35) Nesta sequência se discute a abertura do processo de Impeachment de Dilma. Com esse trecho, a *Folha de S. Paulo* - utilizando-se de palavras como “razão” e “prudência” - deixa o leitor com a sensação de que a decisão de abrir o processo foi sensata - dando assim a chance a todos (população comum e políticos) de analisarem os motivos que levaram a essa decisão.

Por fim, no Editorial 9, também da Era Dilma, há um trecho que abre uma possibilidade diferente - a de deixar o sistema eleitoral organizar a situação:

“Em vez desse recurso extremo, melhor seria a realização de eleições presidenciais ainda neste ano. Nos termos da Constituição, ela seria convocada em caso de renúncia da presidente e de seu vice - atitude dupla que esta *Folha* defende”. (SD55, 2016)

Assim, há uma sugestão de que uma nova eleição seria um processo que traria uma mudança legítima para a situação do Brasil – uma solução apoiada pela *Folha*, como consta na própria sequência, bem como a possibilidade da renúncia de Dilma.

6.3 NUCLEO DE SENTIDO 3 (NS3) - DESCONTENTAMENTO POPULAR

Este último Núcleo de Sentidos, chamado de Descontentamento Popular, reúne sequências discursivas que acionam a reprovação da população de diversas formas: Pode ser apontando uma ruptura de opiniões (algo então a ser superado, portanto, que deve sofrer mudanças); população desencantada com os políticos ou com o

governo da época; e finalmente, apontando divergências de interesses entre governo e população. Agreguei a este núcleo também as sequências que dão um sentido de superação de trauma - experiências traumáticas não agradam a ninguém, porém a *Folha* traz, por vezes, o discurso de que a população está passando por traumas que devem superar.

Na primeira SD que se encaixa nesse Núcleo, retirada do Editorial 2, da Era Vargas, o texto diz que as Forças Armadas "evitarão por igual as tendências extremas em que, a propósito do atentado contra o jornalista Carlos Lacerda e o assassinio do major Rubens Vaz, se colocaram alguns setores da opinião brasileira". (SD6, 1954).

Na sequência seguinte, continuidade do editorial, então é explicado quais são essas tendências extremas:

“Acham uns que o presidente da República deve renunciar, mesmo antes de se conhecerem os resultados finais do inquérito; ao passo que outros, exagerando os próprios sentimentos de fidelidade à pessoa do chefe da nação, afastam de todo a hipótese da renúncia”. (SD7, 1954)

Há um senso de que existe uma ruptura na opinião pública, evocados pela expressão “tendências extremas”, ou seja, dois grupos têm pensamentos completamente opostos sobre o caso. Com isso, cria-se um sentido de país dividido. Quando o editorial classifica de exagero os “sentimentos de fidelidade” da população quanto à Vargas, ele também lança dúvidas sobre sua inocência – isto é, faz um julgamento em que diz ao leitor o quão improvável ele avalia ser a não renúncia do presidente. Esse mesmo sentido de um “país dividido” está presente no Editorial 9, da Era Dilma, como mostra a SD56, 2016:

“Alimentam-se, de um lado, resistências a medidas inadiáveis de restrição de gastos públicos. De outro, promoveram-se ilusões demagógicas de que a sociedade não iria “pagar o pato”, sendo clara, no entanto, a necessidade de aumentar impostos a fim de restaurar finanças públicas que se aproximam do colapso”.

Há então aqueles para quem “a sociedade não iria pagar o pato” e há a “resistência” às medidas de restrição de gastos públicos. No Editorial 8, esse mesmo tema de divisão (e a necessidade de superá-la) reaparece: “apesar de sua extensão e força, o país permanece dividido - e numa crise que, de uma forma ou de outra, é urgente superar”. (SD44, 2016). No Editorial 9, a ideia de moderação e de superação da crise é trazida novamente, a partir do trecho: “a crise tem de ser encarada com

equilíbrio, com espírito crítico e esperança construtiva - atitudes que esta *Folha*, ao longo de todo o processo, tem-se esforçado e se esforçará para manter.” (SD57, 2016)

O Editorial 4, *Desinteresse Geral*, primeiro texto da Era Collor, veiculado em 17 de agosto de 1992, ou seja, um dia após a população tomar as ruas vestida de preto, em uma manifestação contra a corrupção política (e, por essência, contra Collor), começa com a seguinte sequência discursiva: “sem dúvida já era de se esperar que a avassaladora enxurrada de escândalos que abala o governo federal provocasse algum desencanto e apatia com relação à atividade política em geral no país”. (SD16, 1992). Essa SD, além de demonstrar o desencanto da população com a classe política, dá ênfase no quão insustentável a situação é (com a expressão “avassaladora enxurrada de escândalos”, por exemplo) em relação ao próprio governo. Outra sequência discursiva do mesmo texto deixa claro que esse descontentamento não é apenas direcionado a Collor, mas a todos os políticos: “o caráter amplamente generalizado do fenômeno, no entanto, indica que o seu fator principal possui forçosamente abrangência nacional - como a decomposição total da credibilidade da administração Collor”. (SD17, 1992).

Essa mesma desaprovação é estendida ao leitor no Editorial 5, no seguinte trecho: “na luta pelo impeachment, expressou-se a saturação diante de um sistema político fundado na fisiologia e no desrespeito à vontade popular”. (SD20, 1992). O sentido de que a população - e o próprio jornal - não irão tolerar esse tipo de conduta por parte de Collor ou de outros políticos fica claro pelo uso de palavras como “saturação”, além de classificá-la como um “desrespeito” à vontade do povo.

Essa postura fica ainda mais evidente em uma outra sequência discursiva do mesmo editorial, que faz a seguinte pergunta: “o que mais será preciso para que os pretensos líderes se deem conta de que a sociedade está farta desse gênero de política”? (SD24, 1992).

O sentido de desencanto também está presente nos editoriais da Era Dilma. No Editorial 8, cujo título é *Recado Cabal* e foi veiculado em 14 de março de 2016, um dia após o ato anti-Dilma na Avenida Paulista, há a seguinte sequência:

“Rejeição que se volta não apenas contra um governo atolado na incompetência administrativa, na crise econômica e na arrogância pessoal de seus integrantes, mas contra um modelo político fundamentado na mistificação ideológica e nutrido pela corrupção”. (SD39, 2016)

Além de seu discurso afirmar que o governo de Dilma não funciona (“incompetência administrativa” e “arrogância pessoal” fazem uma crítica pesada à maneira com que ele foi conduzido) ainda passa um julgamento inequívoco de que o governo de Dilma - e o de Lula, sempre associados - cometeram crimes de corrupção. Outra SD também traz a “mistificação” mencionada no trecho anterior:

“As tentativas de mistificar a opinião pública quanto à natureza do escândalo, habilmente encetadas pelo líder petista, não tiveram - excetuada a cegueira habitual da militância - outro efeito que não o de acentuar as vontades generalizadas de protesto”. (SD42, 2016)

Ou seja, além de não deixar margem para o leitor sobre o que ele deve pensar a respeito dos governos de Lula e Dilma, com “excetuada a cegueira habitual da militância”, dá a entender que qualquer interpretação que não a de que Lula (e por consequência, Dilma) é culpado e errado, algo aceitável apenas a alguém “cego”. O editorial acaba reforçando a ideia de que a população se volta contra os políticos e o governo atual.

No mesmo editorial, ainda selecionamos outra SD: “terá caído por terra, paralelamente, a teoria petista de que o movimento contra a corrupção vinha apenas a expressar o inconformismo dos partidos e lideranças derrotados nas últimas eleições presidenciais.” (SD43, 2016).

Já no último editorial da Era Dilma, o Editorial 9, a noção de que a culpabilidade de Lula é questão resolvida retorna com o seguinte trecho: “não fossem igualmente grotescos, mentirosos e reptilianos os protestos de inocência que Lula e seus coadjuutores reclamam para si”. (SD52, 2016).

Há alguns trechos que apontam para uma divergência de interesses entre a população e o governo, entre eles o do Editorial 4, “o mais lamentável de tudo é que, pela divergência inconciliável que revelou existir entre o interesse público e o do governo” (SD18, 1992), na Era Collor. Em outra sequência discursiva, do Editorial 5, está expressa essa mesma ideia:

“Revelou-se a vontade de decretar um impeachment mais amplo: contra tudo o que de arcaico, oportunista e corrupto ainda subsiste na política brasileira. A opinião pública não se contentará, por certo, em ter afastado o presidente, muito menos tolerará passivamente ver creditadas as práticas que, com mais discrição ou habilidade, muitos dos que se opuseram a Collor têm em comum com ele”. (SD21, 1992)

Também no Editorial 5, há o seguinte trecho:

“Mas a memória do irresistível movimento pró-impeachment é por demais recente para deixar esmorecer este alerta: a mesma determinação punitiva que foi capaz de expelir do poder sua mais alta autoridade, imersa em desonra, pode recair sobre os que se desviarem do caminho que conduz aos interesses da nação”. (SD25, 1992)

Não é por nada que o título do texto é *Alerta aos Políticos*. O tom de advertência é perceptível.

Carregando o sentido de reprovação da população em relação ao governo que está no poder, o Editorial 8 é construído nesse sentido já na linha de apoio: “Crise política do governo Dilma Rousseff se agrava com a maior manifestação política de que se tem registro na história do país”. (SD36). O editorial foi veiculado na *Folha de S. Paulo*, em 14 de março de 2016, um dia após o ato anti-Dilma na Avenida Paulista.

A afirmação da *Folha*, de que esta é a “maior manifestação política” é repetida em outro trecho: “os protestos realizados ao longo deste domingo contra o governo Dilma Rousseff (PT) consistiram na maior manifestação política de que se tem registro na história do país”. (SD37, 2016). Além disso, ele classifica os manifestantes como um “contingente de brasileiros convergiu às ruas, de forma pacífica, bem-humorada e eloquente, num ato de definitiva rejeição” (SD38, 2016), concedendo legitimidade e certeza ao pedido de mudança.

Reforçando seu discurso, a *Folha* tece comentários sobre o futuro do governo Dilma: “é difícil imaginar as saídas possíveis, ou minimamente aceitáveis para o conjunto da população, que ainda restem aos estrategistas do PT e do governo federal”. (SD40, 2016). Esse trecho vai ao encontro da ideia de que a população não apenas não está mais disposta a tolerar o governo de Dilma, mas tem razão em se posicionar desta forma – já que não há saídas “minimamente aceitáveis”, de acordo com a *Folha*.

Novamente a *Folha* afirma que há descontentamento popular: “se, desde o início de seu segundo mandato, eram inúmeros os motivos para a indignação popular, ganharam evidência novos sinais, mais graves, de corrosão moral e administrativa nos círculos do poder”. (SD41). O editorial usa a expressão “minimamente aceitáveis”, com a qual o jornal já dá uma sensação de que o governo de Dilma está no seu fim - e com “corrosão moral”, busca mexer com o senso de honra do leitor, tornando possível apenas uma interpretação: a da necessidade de finalizar o governo Dilma Rousseff. Ou, para citar um trecho do editorial 9, “e que contrastam com a simples e

precisa percepção da ampla maioria dos brasileiros: o governo de Dilma Rousseff acabou”. (SD47).

Ainda no Editorial 9, o jornal traz mais uma vez a “incompetência” do governo como um argumento para o afastamento da presidenta:

“Sem dúvida uma vitória do impeachment neste domingo significará, para a expressiva maioria dos brasileiros, a justa punição de um governo que, na incompetência, na arrogância e no delírio de seu próprio isolamento, destruiu a economia, afundou-se na corrupção e escarneceu das instituições”. (SD53, 2016)

Outro sentido agrupado neste núcleo é o de uma “experiência traumática”. Esse sentido foi encontrado nos editoriais das Eras Collor e Dilma. No Editorial 6, o último da Era Collor, há o seguinte trecho: “em suma, a manifestação do Supremo vem conferir a chancela que faltava - a da própria constitucionalidade - para o rito do processo de impeachment que menos traumas acarreta para o país: justo, rápido e transparente”. (SD28, 1992).

No Editorial 7, já na Era Dilma, há a seguinte sequência discursiva: “que se decida de uma vez, renovando a legitimidade da presidente Dilma Rousseff, ou negando-a em favor de uma solução pacífica, institucional e democrática - por traumática que possa ser”. (SD34, 2016). No Editorial 9, a ideia de trauma aparece novamente:

“Fundado em premissas jurídicas em alguma dose contestáveis, o processo de impeachment é uma medida traumática, projetando para o futuro divisões e inconformismos que em nada contribuem para a travessia, a tudo crer longa, do grave momento econômico”. (SD54, 2016)

Esse sentido de trauma - uma experiência ruim, que deve ser superada, pela qual a população deve passar - aparece de outras formas, menos diretas, em outros trechos dos editoriais. Na linha de apoio do Editorial 7, da Era Dilma, há uma delas: “processo de impeachment se abre em meio à chantagem e às suspeitas em torno de Cunha, mas desfecho do caso poderá tirar país da paralisia”. (SD29, 2015). A paralisia é uma reação associada ao trauma - portanto, deve ser deixada para trás. Seu efeito negativo no Brasil é reforçado, no mesmo editorial: “o impasse político em torno do impeachment tem feito mal ao país”. (SD33, 2015).

6.4 REFLEXÕES SOBRE A ANÁLISE

Foram mapeadas 57 sequências discursivas (SD), que estavam relacionadas ao discurso de mudança que eu buscava compreender. Das 57 SDs mapeadas, 54 sequências foram utilizadas para exemplificar a análise e 3 foram descartadas pois não eram representativas. Além disso, os dados da Tabela 1, onde foram quantificadas as sequências por Núcleo de Sentido, mostraram que a construção ideológica do **Descontentamento Popular**, com 28 sequências discursivas, foi a mais aacionada no discurso da *Folha de S. Paulo*. Dessas 28, 18 eram de editoriais publicados durante o processo de impeachment da presidenta Dilma, 8 eram da Era Collor e somente 2 da Era Vargas. É notável que as quantidades de sequências discursivas deste núcleo aumentam com o passar dos anos, com uma diferença considerável entre as SDs da Era Vargas e as SDs da Era Dilma.

No Núcleo do Descontentamento Popular, principalmente nos editoriais mais recentes, ou seja, aqueles escritos durante o governo de Dilma Rousseff, fica explícita a opinião do jornal e suas previsões de que o governo do PT não duraria muito (no Editorial *Recado Cabal*, consta a frase “base parlamentar que precariamente sustentava o governo”). Além disso, para ilustrar esse sentido, a *Folha de S. Paulo* se utiliza de eventos cobertos por ela – ato anti-Dilma na Avenida Paulista, ocorrido em 13 de março de 2016 - para afirmar que a própria população demonstra ativamente seu descontentamento. Isso acontece também nos editoriais de Collor, citando o “domingo negro”, que foi a marcha ocorrida em 16 de agosto de 1992, em que milhares de pessoas foram às ruas vestidas de preto. Nos textos produzidos nestes dois momentos – principalmente nos editoriais da Era Collor -, há várias sequências discursivas que buscam passar ao leitor a gravidade dos fatos, o ultraje que aquele escândalo político representava. Particularmente, nos textos de Collor, há um sentido de indignação, de certeza de que esse tipo de conduta “errada” seria algo que a população jamais permitiria que voltasse a ocorrer.

No núcleo do Descontentamento Popular, cabe destacar, que estão agregadas as sequências discursivas que trazem sentidos de reprovação da população de várias formas: apontando uma ruptura de opiniões (algo que deve sofrer mudanças e ser superado); de uma população desencantada com os políticos ou com o governo da época; e sentidos de divergências de interesses entre governo e população. Por fim, nesse núcleo também constam as sequências discursivas relacionadas à ideia de

superação de trauma, algo que aparece tanto nos editoriais da Era Collor quanto nos editoriais da Era Dilma.

No primeiro Núcleo, de **Apelo à Mudança**, as sequências são retiradas principalmente dos editoriais da Era Vargas, que foram veiculados no período entre o atentado contra Carlos Lacerda e o suicídio de Getúlio Vargas. Esses editoriais tratam sobre temas como as próximas eleições e o desenrolar do atentado contra Lacerda. Nos editoriais da Era Collor não foram encontrados sentidos que remetessem a este núcleo de sentido. Das 17 SDs: 9 eram da Era Vargas e 8 da Era Dilma.

Neste Núcleo, além das sequências discursivas que fazem chamados por uma mudança, por vezes uma mudança urgente, também estão agregadas as sequências que relatam uma desorganização social, sensações de insegurança provocadas pela violência e trechos que apontam que os caminhos tomados pelo país estão errados. O motivo, de esses sentidos estarem reunidos no grupo de apelo à mudança, foi o entendimento de que tanto a desorganização quanto a violência e a insegurança ajudaram a *Folha* a construir as razões pelas quais um país precisa de renovação.

As sequências retiradas dos editoriais veiculados na Era Collor são, na sua maioria, pertencentes ao segundo Núcleo: de **Necessidade de Organização**. Das 9 SDs, enquadradas nesse NS, 5 são da Era Collor, 2 da Era Vargas e 2 da Era Dilma. Neste grupo, encontram-se as sequências discursivas com os sentidos “opostos” aos do NS1, de Apelo à Mudança, pois buscam, em vez de um sentido de desorganização, a organização. No NS2, estão agrupadas as sequências sobre quem irá organizar o país. Há um agente específico, em cada época, a quem cabe essa tarefa: os militares, o poder judiciário e a população. Às vezes, no discurso da *Folha*, será a força combinada desses agentes que trará a mudança necessária para organizar a nação.

A seguir, no último capítulo deste estudo, teço algumas considerações sobre a produção deste TCC e aproveito para comentar algumas percepções que tive durante a análise.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, analisei de que forma foi construído o discurso da *Folha de S. Paulo*, a partir de seus editoriais, em três momentos de tensão na política brasileira – no fim da Era de Getúlio Vargas (em agosto de 1954) e durante os processos de impeachment de Fernando Collor de Mello (entre agosto e outubro de 1992) e Dilma Rousseff (entre dezembro de 2015 e abril de 2016), buscando entender quais os sentidos construídos em nove editoriais, três de cada momento histórico. A pesquisa, realizada por meio da metodologia da Análise do Discurso (AD), identificou três sentidos construídos pela *Folha* e como esses sentidos ajudam na percepção das imagens ideológicas dos três presidentes, numa narrativa de necessidade de mudança.

Após a leitura dos nove editoriais e do mapeamento das sequências discursivas, foram identificados três sentidos ideológicos distintos: o NS1, de Apelo à Mudança, o NS2, de Necessidade de Organização e o NS3, de Descontentamento Popular.

O primeiro Núcleo, o de Apelo à Mudança, foi o segundo com mais sequências discursivas mapeadas, 17 no total, sendo 9 da Era Vargas e 8 da Era Dilma e nenhuma da Era Collor. Neste núcleo, além dos chamados mais óbvios e literais por mudança, foram encontrados trechos que buscam evocar essa necessidade acionando emocionalmente o leitor. A “insegurança” está muito presente neste núcleo, em especial em sequências discursivas encontradas nos editoriais da Era Vargas, escritos após o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda. Existe, também, nos textos deste momento histórico, um sentido de desordem, desorganização - de que os acontecimentos estão fugindo do controle e de que o presidente é incapaz de colocar o país de volta nos trilhos. Esse sentido de desorganização também está presente nos editoriais da Era Dilma, porém, neste caso, a desorganização é política e econômica. A imagem de Dilma Rousseff, conforme os editoriais da *Folha* analisados, é de uma líder incompetente que sucumbe em meio à corrupção e a incapacidade de gerenciar o país.

Ainda, no NS1, foram mapeadas construções de sentido de que “existe algo de errado” com o Brasil. Essas sequências discursivas, identificadas na Era Dilma, tratam de corrupção e hipocrisia moral. Esse mesmo sentido também estava presente nos

textos da Era Vargas, que, da mesma forma, expressam uma preocupação com a moralidade no país.

O NS2, de Necessidade de Organização, de certa forma, trouxe o oposto do NS1, pois as sequências discursivas apontavam para quem caberia a função de organizar e restaurar a ordem no país. O Núcleo 2 perpassou todos os períodos históricos, sendo mapeadas cinco sequências discursivas da Era Collor, duas da Era Vargas e duas da Era Dilma. O sentido construído nesse núcleo foi o mais uniforme de todos. O que muda, de acordo com o momento histórico, foi sobre quem recairia a responsabilidade de trazer a ordem de volta. Na Era Vargas, sobretudo nos editoriais 2 e 3, são os militares que trarão essa organização pedida pela *Folha*. Serão eles que irão restabelecer a verdade sobre o atentado contra Carlos Lacerda. Pode-se fazer uma analogia com uma metáfora militar, na qual civis são soldados e os títulos eleitorais são armas, que a *Folha de S. Paulo* faz um chamamento para a eleição de 54, a eleição presidencial de 1955, em si, uma chamada para possíveis mudanças de governo.

Ainda neste núcleo, para Collor e Dilma, são apontados outros possíveis agentes para trazer mudanças e, portanto, organização ao país. No caso de Collor, a Câmara dos Deputados é um desses agentes, ao permitir o processo de Impeachment do presidente. Outro é o poder judiciário, ao apoiar o voto nominal para a votação do impedimento de Collor. Na Era Dilma, há ainda um terceiro agente que pode trazer essa organização necessária: o próprio sistema eleitoral. Das três Eras, é apenas nos textos veiculados durante a Era Dilma que a possibilidade de realizar novas eleições é levantada - e defendida - pela *Folha de S. Paulo*.

O NS3, de Descontentamento Popular, é o que tem o maior número de sequências discursivas: 28 no total, 18 da Era Dilma, 8 da Era Collor e 2 da Era Vargas. Aqui estão reunidas as sequências que ilustram a reprovação da população em relação aos governos, através de uma divergência de interesses, de desencanto com políticos e governos da época. Encontramos, ainda, sentidos que criam uma sensação de divisão na população, de polarização, de algo a ser superado em prol de um país unificado. Neste Núcleo se percebe, também, que o sentido de trauma é acionado discursivamente e que é necessário superá-lo. As expressões que remetem ao trauma aparecem tanto nos editoriais da Era Collor quanto nos editoriais da Era Dilma. O termo vem relacionado aos escândalos políticos e também aos processos de Impeachment.

Cabe, ainda, uma consideração sobre os editoriais veiculados no período anterior ao Impeachment de Dilma Rousseff, nos quais foi observado que a *Folha de S. Paulo* escolhe chama-la de “presidente”, e em momento algum faz uso o termo no feminino “presidenta”, a palavra que a própria Dilma havia escolhido para ser utilizada ao referir-se a ela. Esta utilização escolhida pela *Folha*, do uso tradicional da gramática normativa acaba por reforçar um posicionamento ideológico, que divide aqueles que têm “erudição” e os “petistas” que falam “errado”, usam do coloquial para se dirigirem a chefa do Executivo, apesar das duas expressões estarem corretas.

Ao olhar para os três núcleos se percebe que o sentido de mudança está presente em todos eles. O discurso de “mudança” da *Folha* se apresenta de várias formas em seus editoriais. O veículo desenvolve esse sentido apontando o que há de errado no país e em seus governantes; com um sentido muito presente de insegurança, o que aciona uma resposta emocional no leitor; relatando aquilo que o jornal percebe como incompetência dos governantes; trazendo a desaprovação da população em relação a esses governos e o conceito de que os momentos de crise política eram traumas pelos quais a população deveria passar e superar, para que a ordem fosse restaurada no país.

É importante assinalar, ainda, o encadeamento teórico realizado neste estudo que contribuiu para a realização do trabalho empírico. A compreensão de algumas noções foi essencial, como o conceito de *realidade*, ou melhor, a forma como é percebida, como uma construção social (TRAQUINA, 2005; RODRIGO ALSINA, 2009). A reflexão sobre o impacto político que a produção jornalística tem sobre a sociedade, trazendo as ideias de autores como Biroli e Miguel (2017). Autores como Beltrão (1980) e Marques de Melo (2003) foram bases fundamentais para entender o papel do editorial no jornalismo e Seligmann-Silva (2008), por sua vez, foi pontual para a compreensão do conceito de trauma e da necessidade de contá-lo. Esse conceito foi encaixado no NS3 e aparece em editoriais da Era Collor e da Era Dilma. O trauma surge como uma experiência que deve ser superada pela população – e foi para entender a importância de contar e não ignorar essa vivência que busquei os textos de Seligmann-Silva, como citado acima.

A pesquisa ilustrou, através do editorial, um dos espaços onde a opinião do jornal e sua linha editorial são expostas, como um discurso pode construir imagens ideológicas a respeito de governantes e suas políticas, além de contribuir para desestabilizá-los.

A semente que gerou a ideia de realizar essa pesquisa foi, como mencionado na introdução, a perspectiva de Juremir Machado da Silva (2014), sobre como o jornalismo pode contribuir para a formação de um ambiente favorável ou desfavorável, ao tomar um posicionamento ideológico, no qual reforça aspectos positivos ou negativos de uma situação. Minha intenção foi, a partir desta perspectiva, observar os editoriais da *Folha*. Após a análise, no meu ponto de vista, identifico a presença de elementos persuasivos no discurso construído pelos editoriais, e, como se viu nos exemplos dados durante o trabalho empírico, a *Folha* se utiliza, como aponta seu editorial, da “voz das ruas”, para dar continuidade a uma sensação de indignação.

O discurso presente nos editoriais da *Folha*, que fica caracterizado por uma expressão da necessidade de mudança nos governos e nos rumos escolhidos para o país, também dialoga com a noção defendida por Marques de Melo (2013), que diz que, no Brasil, o editorial se dirige muito mais ao Estado e às figuras de poder nele, do que à “opinião pública”. É, também, um recado àqueles que estão no poder.

O exercício que fiz, durante essa pesquisa, de resgatar a memória de fatos históricos e de perceber os sentidos contidos nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, reforçara, por outro lado, a responsabilidade que o jornalista deve ter ao relatar, ao observar e interpretar a realidade em que estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

ALERTA AOS POLÍTICOS. Disponível em <
<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11833&anchor=4927649&origem=busca&pd=6658c4d239150bd4f2cc3382ad470763>> Acesso em: 13 abril de 2018

ARAÚJO, Bruno Bernardo de; JORGE, Thaís de Mendonça. Discurso jornalístico e corrupção política: a construção de uma cobertura legalista e personificada em *Veja e Carta Capital*. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 29, n. 70, p. 2-13, 2015.

Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2015.29.70.01>>
Acesso em: 12 maio 2018.

ARMAS PARA A DEMOCRACIA: OS TÍTULOS ELEITORAIS. Disponível em
<<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=29927&anchor=4608463&origem=busca&pd=9b9bfb80bcc7e7f931b8060a244ba440>> Acesso em: 13 abril de 2018.

ASSIS, Francisco de; MARQUES DE MELO, José. A natureza dos gêneros e dos formatos jornalísticos. In: PINHEIRO, Najara Ferrari; SEIXAS, Lia. **Gêneros: um diálogo entre comunicação e linguística aplicada**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 19-38.

ATENTADO COVARDE E BRUTAL. Disponível em
<<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=29914&anchor=4606936&origem=busca&pd=c304a54ca0a37da894d7a821d8f40053>> Acesso em: 13 abril de 2018

A PALAVRA DO SUPREMO. Disponível em
<<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11826&anchor=4786000&origem=busca&pd=f3c5915419d12bd33753ad168dbb6f7a>> Acesso em: 13 abril de 2018

BARRETO, Emanuel. A construção do poder. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, V. 3, n. 2, p. 11-22, 2006. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2238>> Acesso em 12 maio 2018

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina-ARI, 1980.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. P. 107-122

BIROLI, Flávia. O Jornalismo como Gestor de Consensos. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Notícias em Disputa: mídia, democracia, e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017. P.91-116

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Jornalismo, conflito e objetividade. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Notícias em Disputa: mídia, democracia, e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017. P.57-90

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Introdução. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Notícias em Disputa: mídia, democracia, e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017. P. 7-22

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis, v. 15, n. 4, p.679-684, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072006000400017&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 12 maio 2018

DA SILVA, Juremir Machado. **1964 Golpe Midiático-Civil-Militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

DADALTO, Maria Cristina; GAMA, Ruhani Maia. **A notícia como construção social no universo jornalístico**. BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. 01, p. 01-12, 2009. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/velha-dadalto-gama-noticia-como-construcao-social.pdf>> Acesso em: 12 maio 2018

DECISÃO DA CÂMARA. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20563&anchor=6021360&origem=busca&pd=2ab45d6b0d7550f1d2de46b9cc5b8dcf>> Acesso em: 13 abr. 2018

DESINTERESSE GERAL. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11788&anchor=4777490&origem=busca&pd=0c0dee0a41e00f16f18b6882e2be35a6>> Acesso em: 13 abr. 2018

FACEBOOK. TCC com sugestões de correção [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nikki248@gmail.com> em 6 abr. 2018.

FLORIANI, Adriano Warken. **O Discurso do Impeachment de Dilma na Folha de S. Paulo**. 2017. 119 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2017. Disponível em < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24255>> Acesso em: 12 maio de 2018

FOLHA DE S. PAULO. **Sua excelência, o consumidor de notícias**. Disponível em <<http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/sua-excelencia-o-consumidor-de-noticias.shtml#s02e02>> Acesso em: 22 nov. 2017.

FOLHA DE S.PAULO. **Projeto editorial da folha 2017 - 2017**. São Paulo, 30 mar. 2017. Disponível em <<http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-2017/introducao.shtml>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FRANZONI, Sabrina. **A função enunciativa do ombudsman da Folha de S. Paulo**. 2013. 218 f. Tese. (Doutorado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

- GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. A Análise do Discurso: Conceitos e Aplicações. **Alfa Revista de Linguística**. São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995. Disponível em <<https://alsafi.ead.unesp.br/bitstream/handle/11449/107724/ISSN1981-5794-1995-39-13-21.pdf>> Acesso em: 12 maio 2018
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LAGO, Cláudia; ROMANCINI, Richard. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.
- LIBOIS, Boris. "Mídia". In: **Dicionário de Ética e Filosofia**. São Leopoldo: Unisinos, 2003. p. 175-178.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila. A opinião da empresa no Jornalismo Brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 121-137, 2015.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003
- NÍVEL IDEAL DE CONSCIÊNCIA DAS FORÇAS**. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=29923&anchor=4608154&origem=busca&pd=72b6b5f5177fb64350a447c91317b8ba>> Acesso em: 13 abril de 2018.
- O VÍCIO CONTRA O VÍCIO**. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20427&anchor=6010006&origem=busca&pd=129e8d237e5c1471556359a0e9332556>> Acesso em: 13 abril de 2018.
- PASCHOAL, Engel. **A trajetória de Octávio Frias de Oliveira**. 2. ed. São Paulo: PubliFolha, 2007.
- PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. 1 ed. 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2008.
- PEREIRA, Álvaro. Jornalismo Político Contemporâneo. In: SEABRA, Roberto; SOUZA, Vivaldo de (Org). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006.p. 87-107.
- RECADO CABAL**. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20529&anchor=6018181&origem=busca&pd=8759bc558dc30390afce578f19192d97>> Acesso em: 13 abril de 2018
- RODRIGO ALSINA, Miquel. **A Construção Social da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SEABRA, Roberto. Jornalismo político: história e processo. In: SEABRA, Roberto; SOUZA, Vivaldo de (Org.). **Jornalismo político**: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 109-140.

SELLIGMAN-SILVA, Márcio. Narrar o Trauma - A Questão dos Testemunhos de Catástrofes Históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol. 20, n1, p. 65-82, 2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>> Acesso em: 12 maio de 2018

SELLIGMAN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, São Paulo, (30), p. 71-98, jun. 2005. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2255/1348>> Acesso em: 12 maio de 2018

SENADO FEDERAL. **Senadores - Fernando Collor**. Brasília, 2018. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/4525>>. Acesso em: 12 maio 2018

SEIXAS, Lia. Para compreender gêneros jornalísticos - Teorias do jornalismo e midiologia. **Gêneros: um diálogo entre comunicação e Linguística Aplicada**. Florianópolis: Insular, p. 81-100, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como elas são**. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2008.

APÊNDICE

1. Sequências Discursivas

No editorial número 1, “Atentado Covarde e Brutal”, foram encontradas as seguintes Sequências Discursivas:

“O brutal atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, que emociona o Brasil inteiro, constitui outra deplorável e violenta demonstração do desprestígio em que a lei caiu no país” (SD1)

“Muitas de nossas autoridades, inclusive, do mesmo modo que os cidadãos particulares, estão ainda sob a nociva influência psicológica de regimes anteriores à atual fase de restauração democrática do país.” (SD2)

“Assim, em suma, a Justiça é que deve decidir, a não ser que realmente se prefira criar uma situação de insegurança geral, de tal maneira que ninguém mais confie na ação do poder público.” (SD3)

“O pior, porém, é o que o atentado significa como sinal dos conturbados tempos que atravessamos” (SD4)

“Antes que o mal se generalize, é indispensável que se levantem vozes sensatas para combatê-lo, reclamando sobretudo, com os recursos legais de que dispomos, a rigorosa punição dos culpados por delitos que tão profundamente depõem contra os nossos foros de civilização e cultura.” (SD5)

No editorial 2, de título “Nível Ideal de Consciência das Forças Armadas”, foram selecionadas as seguintes Sequências Discursivas:

“As Forças Armadas, fiéis à sua missão constitucional de preservar ao mesmo tempo a ordem pública e a legalidade democrática, evitarão por igual as tendências extremas em que, a propósito do atentado contra o jornalista Carlos Lacerda e o assassinio do major Rubens Vaz, se colocaram alguns setores da opinião brasileira.” (SD6)

“Acham uns que o presidente da República deve renunciar, mesmo antes de se conhecerem os resultados finais do inquérito; ao passo que outros, exagerando os próprios sentimentos de fidelidade à pessoa do chefe da nação, afastam de toda a hipótese da renúncia.” (SD7)

“E, exprimindo o pensamento de todos os seus camaradas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, deu à nação esta garantia: “Caso os culpados não fossem

presos ou não aparecessem, o caso seria considerado como novo e haveria nova reunião”. (SD8)

No último editorial selecionado da Era Vargas, Editorial 3, “Armas para a Democracia: os Títulos Eleitorais”, separei as seguintes SD:

“Se realmente “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”, conforme reza em seu artigo 1º a Constituição da República, somente ao povo cabe extirpar de maneira radical as raízes dos males que no momento o afligem e que tão profundos abalos morais vêm causando ao sistema democrático de governo.” (SD9)

“Para renovar a Câmara dos Deputados, dois terços do Senado, as Assembleias Legislativas e a governança de onze unidades da Federação”. (SD10)

“E, em outubro de 1955, enquanto os demais Estados elegerão seus novos governadores, a todo o Brasil se oferecerá mais uma vez a oportunidade de sufragar nas urnas o nome do futuro magistrado supremo da nação.” (SD11)

“É por essa forma, através dos processos orgânicos que caracterizam a democracia, a qual por isso mesmo deve presumir-se contra todas e quaisquer possibilidades de golpes ou contragolpes pretensamente salvadores, que o povo brasileiro pode conjurar as várias crises que neste instante o intranquilizam: moral, política, administrativa, econômica, partidária. Mas essa grande batalha cívica, cuja duração mais ou menos longa dependerá sempre da rapidez com que o povo souber reagir aos fatores adversos, não dispensa o uso das armas adequadas, que são os títulos eleitorais.” (SD12)

“Os cidadãos que se mostram indiferentes ao porte desses instrumentos de luta procedem exatamente como os desertores que fogem à convocação para o serviço militar quando a pátria está em perigo. E aqueles que, embora alistados eleitoralmente, não se preocupam em retirar os respectivos títulos - ou, quando já o tenham feito, anunciam que não vão utilizá-los, porque deixarão de atender ao apelo das urnas - são como os soldados que abandonam os próprios companheiros em meio ao combate, contribuindo com sua fuga para a vitória do inimigo.” (SD13)

“O descaso pela posse de títulos eleitorais se torna sobremodo grave, exigindo severa aplicação das penas previstas em lei.” (SD14)

“E isso, por outro lado, eleva o grau de consciência política dos cidadãos que, ao lado do cumprimento de suas demais obrigações para com a coletividade em que vivem, sabem também cumprir esse dever elementar.” (SD15)

No primeiro editorial selecionado para a Era Collor, o Editorial 4, “Desinteresse Geral”, foram separadas as seguintes Sequências Discursivas:

“Sem dúvida já era de se esperar que a avassaladora enxurrada de escândalos que abala o governo federal provocasse algum desencanto e apatia com relação à atividade política em geral no país” (SD16)

“O caráter amplamente generalizado do fenômeno, no entanto, indica que o seu fator principal possui forçosamente abrangência nacional - como a decomposição total da credibilidade da administração Collor.” (SD17)

“O mais lamentável de tudo é que, pela divergência inconciliável que revelou existir entre o interesse público e o do governo” (SD18)

No editorial número 5, “Alerta aos Políticos”, foram encontradas as seguintes SD:

“A autorização do processo de impeachment por nada menos do que 88% da Câmara dos Deputados deve ser encarada pela classe política brasileira muito menos como efeito de seu próprio poder do que como demonstração de força da população, e mesmo como uma grave advertência.” (SD19)

“Na luta pelo impeachment, expressou-se a saturação diante de um sistema político fundado na fisiologia e no desrespeito à vontade popular.” (SD20)

“Revelou-se a vontade de decretar um impeachment mais amplo: contra tudo o que de arcaico, oportunista e corrupto ainda subsiste na política brasileira. A opinião pública não se contentará, por certo, em ter afastado o presidente, muito menos tolerará passivamente ver creditadas as práticas que, com mais discrição ou habilidade, muitos dos que se opuseram a Collor têm em comum com ele.” (SD21)

“Depois da vitória da democracia, lideranças partidárias engalfinham-se na disputa por fatias do ministério.” (SD22)

“Itamar Franco terá um mau começo se se curvar a essa ameaça de tutela, ou se julgar que pode transformar o ministério em um clube de amigos.” (SD23)

“O que mais será preciso para que os pretensos líderes se deem conta de que a sociedade está farta desse gênero de política?” (SD24)

“Mas a memória do irresistível movimento pró-impeachment é por demais recente para deixar esmorecer este alerta: a mesma determinação punitiva que foi

capaz de expelir do poder sua mais alta autoridade, imersa em desonra, pode recair sobre os que se desviarem do caminho que conduz aos interesses da nação.” (SD25)

No editorial número 6, “A Palavra do Supremo”, o último da Era Collor, foram separadas estas SD:

“No julgamento do mandado de segurança impetrado pelo presidente da República contra a tramitação do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados, a Corte Suprema soube honrar, a um só tempo, sua função de guardião da Constituição, a independência harmônica dos poderes e, principalmente, os interesses superiores da nação.” (SD26)

“O primeiro ponto a saudar na decisão do STF é o apoio ao voto nominal e aberto, o único - como já se repetiu aqui à exaustão - moralmente aceitável quando se trata de definir o futuro de um mandato presidencial conferido em manifestação soberana do eleitorado.” (SD27)

“Em suma, a manifestação do Supremo vem conferir a chancela que faltava - a da própria constitucionalidade - para o rito do processo de impeachment que menos traumas acarreta para o país: justo, rápido e transparente.” (SD28)

Já na Era Dilma, as seguintes Sequências Discursivas foram selecionadas do Editorial 7, “O Vício Contra o Vício”:

“Processo de impeachment se abre em meio à chantagem e às suspeitas em torno de Cunha, mas desfecho do caso poderá tirar país da paralisia” (SD29, linha de apoio do editorial)

“Em nome dos padrões de seriedade e ética que o petismo tem dado tantas mostras de desprezar, eis que o processo de impeachment de Dilma se inaugura por obra de um político denunciado na Operação Lava Jato” (SD30)

“Já se disse muitas vezes que a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude.” (SD31)

“Acuada entre o cinismo e a incompetência, entre a chantagem e o esbulho, entre a propina e a pedalada, a virtude parece silenciar-se, depois de ter ido às ruas tantas vezes nos últimos anos” (SD32)

“O impasse político em torno do impeachment tem feito mal ao país” (SD33)

“Que se decida de uma vez, renovando a legitimidade da presidente Dilma Rousseff, ou negando-a em favor de uma solução pacífica, institucional e democrática - por traumática que possa ser.” (SD34)

“O processo que ora se abre dará ocasião a que todos examinem, com paixão, mas também com razão e prudência, os motivos concretos em torno do impeachment.” (SD35)

No editorial número 8, “Recado Cabal”, foram encontradas as seguintes SD:

“Crise política do governo Dilma Rousseff se agrava com a maior manifestação política de que se tem registro na história do país” (SD36, linha de apoio do editorial)

“Os protestos realizados ao longo deste domingo contra o governo Dilma Rousseff (PT) consistiram na maior manifestação política de que se tem registro na história do país.” (SD37)

“Superando até mesmo a dimensão dos comícios pelas Diretas-Já em 1984, um impressionante contingente de brasileiros convergiu às ruas, de forma pacífica, bem-humorada e eloquente, num ato de definitiva rejeição.” (SD38)

“Rejeição que se volta não apenas contra um governo atolado na incompetência administrativa, na crise econômica e na arrogância pessoal de seus integrantes, mas contra um modelo político fundamentado na mistificação ideológica e nutrido pela corrupção.” (SD39)

“É difícil imaginar as saídas possíveis, ou minimamente aceitáveis para o conjunto da população, que ainda restem aos estrategistas do PT e do governo federal.” (SD40)

“Se, desde o início de seu segundo mandato, eram inúmeros os motivos para a indignação popular, ganharam evidência novos sinais, mais graves, de corrosão moral e administrativa nos círculos do poder.” (SD41)

“As tentativas de mistificar a opinião pública quanto à natureza do escândalo, habilmente encetadas pelo líder petista, não tiveram - excetuada a cegueira habitual da militância - outro efeito que não o de acentuar as vontades generalizadas de protesto.” (SD42)

“Terá caído por terra, paralelamente, a teoria petista de que o movimento contra a corrupção vinha apenas a expressar o inconformismo dos partidos e lideranças derrotados nas últimas eleições presidenciais.” (SD43)

“Apesar de sua extensão e força, o país permanece dividido - e numa crise que, de uma forma ou de outra, é urgente superar.” (SD44)

Por fim, no Editorial 9, “Decisão da Câmara”, último texto selecionado da Era Dilma, foram encontradas as seguintes SD:

“Em nenhum instante, contudo, foram tão grandes a impressão de complexidade, a carga de paradoxos, a variedade de alternativas e atitudes que a situação vem trazer aos olhos dos brasileiros.” (SD45)

“Trata-se de votar a autorização para a abertura de um processo por crime de responsabilidade da presidente, a ser ainda examinado, em caso de vitória da oposição, pelo Senado Federal - num prazo que deveria ser abreviado tanto quanto possível.” (SD46)

“Ainda que de ordem processual, o esclarecimento serve para indicar o grau de minúcia das discussões em curso - e que contrastam com a simples e precisa percepção da ampla maioria dos brasileiros: o governo de Dilma Rousseff acabou.” (SD47)

“Está exaurido pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder. O país definha, e a presidente e seu partido são responsáveis por isso.” (SD48)

“O PIB recua, a inflação corrói salários, o desemprego aumenta, o crédito diminui; nenhum desses efeitos ocorreu sem que o dedo de Dilma estivesse entre as causas. Seu apetite intervencionista e sua inépcia gerencial arruinaram estatais como Petrobras e Eletrobras e afugentaram investidores.” (SD49)

“Se a certa altura da caminhada Dilma insinuou uma tímida correção de rumos, já era tarde. A oposição fez tudo para barrar suas esporádicas tentativas de reconduzir a economia na direção da boa administração das contas públicas.” (SD50)

“Sobrevivendo no cargo por obra de expedientes que desafiam a credulidade, a paciência e a decência da sociedade, esse réu da Lava Jato surge, até segunda ordem, como um dos vencedores prováveis da batalha do impeachment.” (SD51)

“O quadro lembraria, para utilizar as palavras do poeta inglês Percy Bysshe Shelley (1792-1822), o da “hipocrisia cavalgando um crocodilo”, não fossem igualmente grotescos, mentirosos e reptilianos os protestos de inocência que Lula e seus coadjuutores reclamam para si.” (SD52)

“Sem dúvida uma vitória do impeachment neste domingo significará, para a expressiva maioria dos brasileiros, a justa punição de um governo que, na incompetência, na arrogância e no delírio de seu próprio isolamento, destruiu a economia, afundou-se na corrupção e escarneceu das instituições.” (SD53)

“Fundado em premissas jurídicas em alguma dose contestáveis, o processo de impeachment é uma medida traumática, projetando para o futuro divisões e inconformismos que em nada contribuem para a travessia, a tudo crer longa, do grave momento econômico” (SD54)

“Em vez desse recurso extremo, melhor seria a realização de eleições presidenciais ainda neste ano. Nos termos da Constituição, ela seria convocada em caso de renúncia da presidente e de seu vice - atitude dupla que esta Folha defende.” (SD55)

“Alimentam-se, de um lado, resistências a medidas inadiáveis de restrição de gastos públicos. De outro, promoveram-se ilusões demagógicas de que a sociedade não iria “pagar o pato”, sendo clara, no entanto, a necessidade de aumentar impostos a fim de restaurar finanças públicas que se aproximam do colapso.” (SD56)

“A crise tem de ser encarada com equilíbrio, com espírito crítico e esperança construtiva - atitudes que esta Folha, ao longo de todo o processo, tem-se esforçado e se esforçará para manter.” (SD57)

ANEXOS

A – Integra dos Editoriais

Editorial 1 - Atentado Covarde e Brutal

Editorial veiculado na Folha da Manhã, em 6 de agosto de 1954:

O brutal atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, que emociona o Brasil inteiro, constitui outra deplorável e violenta demonstração do desprestígio em que a lei caiu no país.

Cidadãos que se dizem caluniados ou injuriados, através dos chamados abusos da liberdade de imprensa, esquecem que para isso existe o Poder Judiciário, ao qual podem apresentar suas queixas, movendo processos contra aqueles dos quais se julgam vítimas. Preferem agir como se não vivessem em sociedade organizada, mas entre bárbaros cujos hábitos de existência tivessem exclusivamente por base a tocaia e o trabuco.

Há meses, após ter sido espancado em uma delegacia policial do Rio de Janeiro, morreu o jornalista Nestor Moreira. Em seguida, outros jornalistas foram igualmente vítimas de atentados, sempre no exercício de sua profissão. O caso de Carlos Lacerda não é substancialmente diverso, pois é evidente que os autores do atentado de ontem devem estar envolvidos na trama de ódios pessoais motivados pelas campanhas da “Tribuna da Imprensa”, em geral caracterizadas pela veemência de sua linha oposicionista.

Muitas de nossas autoridades, inclusive, do mesmo modo que os cidadãos particulares, estão ainda sob a nociva influência psicológica de regimes anteriores à atual fase de restauração democrática do país. Não compreendem que, se existe a liberdade de imprensa, que não raro lhes causa irritação e mal-estar, também existe a lei que prevê a punição de jornalistas por abusos eventualmente cometidos. Agora mesmo, invocando abusos dessa natureza, o deputado Lutero Vargas está processando o jornalista Carlos Lacerda. Assim, em suma, a Justiça é que deve decidir, a não ser que realmente se prefira criar uma situação de insegurança geral, de tal maneira que ninguém mais confie na ação do poder público.

Na deplorável ocorrência de anteontem, além de ter sido ferido o jornalista Carlos Lacerda, perdeu a vida um jovem e dedicado oficial superior da Aeronáutica, o

major Rubens Vaz. O crime, pelas circunstâncias em que se consumou, foi evidentemente premeditado, o que é uma agravante. O pior, porém, é o que o atentado significa como sinal dos conturbados tempos que atravessamos. Em plena campanha político-eleitoral, delineiam-se perigosamente as perspectivas. Antes que o mal se generalize, é indispensável que se levantem vozes sensatas para combatê-lo, reclamando sobretudo, com os recursos legais de que dispomos, a rigorosa punição dos culpados por delitos que tão profundamente depõem contra os nossos foros de civilização e cultura.

Editorial 2 - Nível Ideal de Consciência das Forças Armadas

Editorial veiculado na Folha da Manhã, em 17 de agosto de 1954:

A reunião do Clube Militar, realizada na tarde de sábado último, proporcionou ao país a confiança em que as Forças Armadas, fiéis à sua missão constitucional de preservar ao mesmo tempo a ordem pública e a legalidade democrática, evitarão por igual as tendências extremas em que, a propósito do atentado contra o jornalista Carlos Lacerda e o assassinio do major Rubens Vaz, se colocaram alguns setores da opinião brasileira. Acham uns que o presidente da República deve renunciar, mesmo antes de se conhecerem os resultados finais do inquérito; ao passo que outros, exagerando os próprios sentimentos de fidelidade à pessoa do chefe da nação, afastam de todo a hipótese da renúncia.

Dignamente equidistante desses dois extremos e refletindo assim a sensatez da grande maioria de opiniões desapasionadas, resolveu o Clube Militar que tudo será feito “dentro das prescrições impostas pela Constituição Federal, plenamente salvaguardada a permanência do regime”. E quanto ao fato delituoso: “afastamento dos obstáculos de qualquer espécie que se opuserem à completa apuração da verdade e aplicação severa da Justiça”.

Eis aí a medida exata - expressa no mais alto nível ético e jurídico - do dever que as Forças Armadas, neste difícil instante, juram cumprir para honra das instituições democráticas e tranquilidade do Brasil. Seria grosseira falsidade depor o presidente da República sob o eufemismo de renúncia, que moralmente só se admite como ato voluntário. E seria imperdoável, por outro lado, admitir todo ato de tolerância que resultasse em impunidade dos criminosos e, assim, em cumplicidade com os autores e os mandantes do crime.

Após o que decidiram nossas altas patentes militares, pode a nação estar tranquila; os culpados serão punidos, sejam eles quais forem. Já bem distante se acha o ano de 1843, quando o duque de Caxias se lamentava da seguinte forma, em carta endereçada a José Clemente Pereira: “Nosso Exército é em geral bravo, desde soldados até os majores; coronéis, salvam-se muito poucos; e generais, cuidam mais no seu interesse que no serviço”. A jovem oficialidade de 1930, que antes só conhecia o cárcere e o exílio, ocupa hoje os altos postos de comando. Generais, brigadeiros e almirantes empenham-se unanimemente pela coesão das Forças Armadas. Como declarou o general Juarez Tavora na aludida reunião do Clube Militar, “não devemos lançar um grupo de nossos irmãos para que seja trucidado por outro grupo”. E, exprimindo o pensamento de todos os seus camaradas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, deu à nação esta garantia: “Caso os culpados não fossem presos ou não aparecessem, o caso seria considerado como novo e haveria nova reunião”.

Editorial 3 - Armas para a Democracia: os Títulos Eleitorais

Editorial veiculado na Folha da Manhã, em 21 de agosto de 1954:

Se realmente “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”, conforme reza em seu artigo 1º a Constituição da República, somente ao povo cabe extirpar de maneira radical as raízes dos males que no momento o afligem e que tão profundos abalos morais vêm causando ao sistema democrático de governo. Aí estão os candidatos dos diferentes partidos políticos nacionais, a fim de que os melhores sejam escolhidos, no pleito de outubro próximo, para renovar a Câmara dos Deputados, dois terços do Senado, as Assembleias Legislativas e a governança de onze unidades da Federação. E, em outubro de 1955, enquanto os demais Estados elegerão seus novos governadores, a todo o Brasil se oferecerá mais uma vez a oportunidade de sufragar nas urnas o nome do futuro magistrado supremo da nação.

É por essa forma, através dos processos orgânicos que caracterizam a democracia, a qual por isso mesmo deve presumir-se contra todas e quaisquer possibilidades de golpes ou contragolpes pretensamente salvadores, que o povo brasileiro pode conjurar as várias crises que neste instante o intranquilizam: moral, política, administrativa, econômica, partidária. Mas essa grande batalha cívica, cuja duração mais ou menos longa dependerá sempre da rapidez com que o povo souber reagir aos fatores adversos, não dispensa o uso das armas adequadas, que são os

títulos eleitorais. Os cidadãos que se mostram indiferentes ao porte desses instrumentos de luta procedem exatamente como os desertores que fogem à convocação para o serviço militar quando a pátria está em perigo. E aqueles que, embora alistados eleitoralmente, não se preocupam em retirar os respectivos títulos - ou, quando já o tenham feito, anunciam que não vão utilizá-los, porque deixarão de atender ao apelo das urnas - são como os soldados que abandonam os próprios companheiros em meio ao combate, contribuindo com sua fuga para a vitória do inimigo.

Justamente no Brasil, onde a democracia é ainda incipiente e onde, por ser muito elevada a porcentagem de analfabetos, só tem direito de voto uma reduzida minoria da população, o descaso pela posse de títulos eleitorais se torna sobretudo grave, exigindo severa aplicação das penas previstas em lei. É em países democráticos como o nosso, com tantas condições desfavoráveis ao pleno exercício das liberdades públicas, que o título eleitoral adquire maior valor cívico, sob a influência do que se poderia chamar, analogicamente, a oferta e a procura desse domínio. E isso, por outro lado, eleva o grau de consciência política dos cidadãos que, ao lado do cumprimento de suas demais obrigações para com a coletividade em que vivem, sabem também cumprir esse dever elementar.

Editorial 4 - Desinteresse Geral

Editorial publicado na Folha de S. Paulo de 17 de agosto de 1992:

Sem dúvida já era de se esperar que a avassaladora enxurrada de escândalos que abala o governo federal provocasse algum desencanto e apatia com relação à atividade política em geral no país. Ainda assim, a magnitude e a disseminação desse sentimento, detectadas pela pesquisa publicada hoje nesta Folha acerca das próximas eleições municipais, não podem deixar de causar espanto e inquietação.

De acordo com o estudo - realizado pelo DataFolha em 12 capitais e em 13 cidades do Estado de São Paulo -, praticamente metade (47%) dos eleitores brasileiros não estão “nada interessados” no pleito que, daqui a dois meses, vai definir os seus próximos prefeitos e vereadores para os próximos quatro anos; 35% estão “um pouco interessados”, e apenas 15% se declaram “muito interessados”.

O grupo dos que afirmam não ter o menor interesse nas eleições chega mesmo a constituir a maioria absoluta em diversas capitais, como no Rio (59%), em Belo

Horizonte (55%), Salvador (53%) e Maceió (51%). Entre os paulistanos, abrange 42% da população - números que se tornam ainda mais impressionantes quando se considera que são referentes à escolha de governos locais, cujas medidas normalmente têm efeitos práticos bastante concretos e visíveis para a população.

É certo que o desempenho das atuais administrações municipais pode ter contribuído para reduzir a atratividade das urnas para os eleitores de um ou outro município. O caráter amplamente generalizado do fenômeno, no entanto, indica que o seu fator principal possui forçosamente abrangência nacional - como a decomposição total da credibilidade da administração Collor.

O mais lamentável de tudo é que, pela divergência inconciliável que revelou existir entre o interesse público e o do governo, a crise atual acabe por difundir ceticismo com relação ao gesto mais emblemático da democracia mesmo num país que apenas recentemente deixou um regime ditatorial - e que, como o movimento pelas Diretas-Já demonstrou, possuía acumulada uma enorme vontade de ir às urnas.

Editorial 5 - Alerta aos Políticos

Editorial veiculado em 1º de outubro de 1992:

A autorização do processo de impeachment por nada menos do que 88% da Câmara dos Deputados deve ser encarada pela classe política brasileira muito menos como efeito de seu próprio poder do que como demonstração de força da população, e mesmo como uma grave advertência.

Não foi apenas contra o governo Collor que a sociedade, de forma pacífica e vigorosa, se manifestou. Na luta pelo impeachment, expressou-se a saturação diante de um sistema político fundado na fisiologia e no desrespeito à vontade popular. O movimento teve por alvo privilegiado aquilo que, não só Collor, mas a grande maioria de governantes dão como automático, tradicional e imutável no comportamento político. Revelou-se a vontade de decretar um impeachment mais amplo: contra tudo o que de arcaico, oportunista e corrupto ainda subsiste na política brasileira. A opinião pública não se contentará, por certo, em ter afastado o presidente, muito menos tolerará passivamente ver creditadas as práticas que, com mais discrição ou habilidade, muitos dos que se opuseram a Collor têm em comum com ele.

Lamentavelmente, já nas articulações para composição do governo Itamar Franco se percebem indícios que fazem temer o pior. Depois da vitória da democracia,

lideranças partidárias engalfinham-se na disputa por fatias do ministério. Nesta oportunidade única de construir uma verdadeira coalizão nacional, não se debatem princípios, programas e prioridades: mais uma vez, o que se ouve é a ladainha da ocupação de espaços, do compadrio e do oportunismo. Itamar Franco terá um mau começo se se curvar a essa ameaça de tutela, ou se julgar que pode transformar o ministério em um clube de amigos.

O que mais será preciso para que os pretensos líderes se dêem conta de que a sociedade está farta desse gênero de política? Pode soar ingênuo exigir dos famigerados “caciques” que se lancem de fato na revolução ética que empolga sua retórica de ocasião. Mas a memória do irresistível movimento pró-impeachment é por demais recente para deixar esmorecer este alerta: a mesma determinação punitiva que foi capaz de expelir do poder sua mais alta autoridade, imersa em desonra, pode recair sobre os que se desviarem do caminho que conduz aos interesses da nação.

Editorial 6 - A Palavra do Supremo

Editorial veiculado na Folha de S. Paulo em 24 de setembro de 1992:

Seria lugar-comum afirmar que o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu uma decisão de alcance histórico para o Brasil, mas há momentos em que só as palavras consagradas podem registrar seu significado. No julgamento do mandado de segurança impetrado pelo presidente da República contra a tramitação do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados, a Corte Suprema soube honrar, a um só tempo, sua função de guardião da Constituição, a independência harmônica dos poderes e, principalmente, os interesses superiores da nação. A consequência prática do julgamento, em acordo com a expectativa da sociedade, é que a votação do impeachment pode ocorrer já na próxima semana.

O primeiro ponto a saudar na decisão do STF é o apoio ao voto nominal e aberto, o único - como já se repetiu aqui à exaustão - moralmente aceitável quando se trata de definir o futuro de um mandato presidencial conferido em manifestação soberana do eleitorado. Sua interrupção, é evidente, demanda obrigatoriamente toda clareza e transparência possível, sem a qual se daria trânsito à lamentável prática da compra de votos com verbas públicas. Nesse sentido, é digna de nota a defesa dessa modalidade de escrutínio no voto do ministro Celso Mello.

Do ponto de vista estritamente jurídico, a adesão da Alta Corte ao voto aberto fundamentou-se na interpretação de que se encontra em pleno vigor a lei nº 1.079 de 1950, que estipula o “voto nominal”. O diploma legal de 42 anos teria sido portanto “recepionado” pela Constituição Federal de 1988, não havendo contradição com a Lei Maior.

Com respeito à extensão da defesa do presidente nesta fase do processo, houve alguma polêmica. O relator Octávio Galloti admitiu a realização de provas e diligências, apoiando-se no artigo 217, parágrafo 1º, do regimento interno da Câmara. O inciso III, porém, é claro: “Apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias”.

Como a oposição tem maioria no colegiado, é dado como certo que este recusaria a protelação pretendida pelo governo. Mais ainda, o parecer do relator não foi acolhido pelo STF, que preferiu ater-se à sua liminar anterior, que apenas ampliou de cinco para dez sessões o prazo de defesa, já decorrido.

Em suma, a manifestação do Supremo vem conferir a chancela que faltava - a da própria constitucionalidade - para o rito do processo de impeachment que menos traumas acarreta para o país: justo, rápido e transparente.

Editorial 7 - O Vício contra o Vício

Editorial veiculado na Folha de S. Paulo em 3 de dezembro de 2015, um dia após Cunha acatar pedido de Impeachment da Dilma:

Processo de impeachment se abre em meio à chantagem e às suspeitas em torno de Cunha, mas desfecho do caso poderá tirar país da paralisia (linha de apoio)

Pelas mãos suspeitíssimas do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deflagrou-se o processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT).

Às voltas com as ameaças que pesam sobre seu próprio mandato, Cunha já deixava claro, nas últimas semanas, o poder de chantagem que estava disposto a exercer. Esperava que o Planalto o apoiasse no Conselho de Ética da Câmara, que parece inclinado, em meio a dúvidas, hesitações e tratativas, a recomendar seu julgamento por quebra de decoro parlamentar.

A pressão sobre os três petistas do conselho se fazia em sentidos opostos. A cúpula da agremiação, buscando alguma sintonia com a opinião pública, recomendava o rompimento com Cunha. O governo, temendo a retaliação que agora

se concretiza, fazia esforços para contornar as flagrantes evidências contra o potencial algoz.

Prevaleceu, nesse dilema, a orientação partidária, e poucas horas depois de o PT anunciar que votaria contra o peemedebista no Conselho de Ética chegou-se, com a decisão tomada por Eduardo Cunha, a um doloroso paradoxo.

Em nome dos padrões de seriedade e ética que o petismo tem dado tantas mostras de desprezar, eis que o processo de impeachment de Dilma se inaugura por obra de um político denunciado na Operação Lava Jato, acusado de corrupção e flagrado em pleno controle de contas bancárias na Suíça - a respeito das quais mentira de forma deslavada na CPI da Petrobras.

Já se disse muitas vezes que a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude. Aqui, rompeu-se por fim a hipocrisia, e é do vício contra o vício que se trata.

Acuada entre o cinismo e a incompetência, entre a chantagem e o esbulho, entre a propina e a pedalada, a virtude parece silenciar-se, depois de ter ido às ruas tantas vezes nos últimos anos - para confundir-se, que seja dito, em meio a um tumulto de grupos que iam dos black blocs criminosos de 2013 aos embrutecidos defensores da ditadura militar de 2015.

Talvez, entretanto, Eduardo Cunha tenha razão em uma das considerações com que acompanhou sua desesperada artilharia. O impasse político em torno do impeachment tem feito mal ao país.

Que se decida de uma vez, renovando a legitimidade da presidente Dilma Rousseff, ou negando-a em favor de uma solução pacífica, institucional e democrática - por traumática que possa ser.

A presidente Dilma reagiu, em pronunciamento curto, mas contundente, ao novo lance da crise. Seus argumentos, bem como os de quem pede o afastamento da presidente, haverão de ser debatidos pelos políticos e pela sociedade com mais vagar.

O processo que ora se abre dará ocasião a que todos examinem, com paixão, mas também com razão e prudência, os motivos concretos em torno do impeachment.

Editorial 8 – Recado Cabal

Editorial veiculado na Folha de S. Paulo, em 14 de março de 2016, um dia após o ato anti-Dilma na Avenida Paulista:

Crise política do governo Dilma Rousseff se agrava com a maior manifestação política de que se tem registro na história do país (linha de apoio)

Tendo reunido, ao longo da tarde, cerca de 500 mil pessoas em São Paulo - segundo o Datafolha -, e um número que, conforme o cálculo, oscila de 1 milhão a 3 milhões de participantes nas demais cidades do país, os protestos realizados ao longo deste domingo contra o governo Dilma Rousseff (PT) consistiram na maior manifestação política de que se tem registro na história do país.

Superando até mesmo a dimensão dos comícios pelas Diretas-Já em 1984, um impressionante contingente de brasileiros convergiu às ruas, de forma pacífica, bem-humorada e eloquente, num ato de definitiva rejeição.

Rejeição que se volta não apenas contra um governo atolado na incompetência administrativa, na crise econômica e na arrogância pessoal de seus integrantes, mas contra um modelo político fundamentado na mistificação ideológica e nutrido pela corrupção.

É difícil imaginar as saídas possíveis, ou minimamente aceitáveis para o conjunto da população, que ainda restem aos estrategistas do PT e do governo federal.

Já na véspera, o PMDB sinalizava, em sua convenção, o seu afastamento da base parlamentar que precariamente sustentava o governo. De modo típico, não abandonou por enquanto os cargos de que desfrutava no ministério - mas decidiu pela expulsão de quaisquer filiados que eventualmente aceitem novos postos no primeiro escalão do Executivo.

Os últimos dias vinham agravando a situação de Dilma. Se, desde o início de seu segundo mandato, eram inúmeros os motivos para a indignação popular, ganharam evidência novos sinais, mais graves, de corrosão moral e administrativa nos círculos do poder.

Nada terá sido mais decisivo, entretanto, do que a revelação dos laços entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as principais empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato. As tentativas de mistificar a opinião pública quanto à natureza do escândalo, habilmente encetadas pelo líder petista, não tiveram - excetuada a cegueira habitual da militância - outro efeito que não o de acentuar as vontades generalizadas de protesto.

Terá caído por terra, paralelamente, a teoria petista de que o movimento contra a corrupção vinha apenas a expressar o inconformismo dos partidos e lideranças

derrotados nas últimas eleições presidenciais. Hostilizados por parte dos manifestantes, os tucanos Aécio Neves e Geraldo Alckmin não permaneceram no palanque.

A palavra está agora com a presidente. Os atos superaram as previsões mais pessimistas do Planalto. Apesar de sua extensão e força, o país permanece dividido - e numa crise que, de uma forma ou de outra, é urgente superar.

Editorial 9 - Decisão da Câmara

Editorial veiculado na Folha de S. Paulo de 17 de abril, dia da votação pela abertura do processo de impeachment de Dilma pela Câmara dos Deputados:

Votação sobre impeachment de Dilma, seja qual for o resultado, não resolverá impasse político, moral e econômico do país (linha de apoio)

Seria exagerado dizer que a crise vivida pelo país neste momento é a mais grave de sua história.

Para lembrar apenas dois exemplos, a que teve seu desfecho no suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e a que resultou em duas décadas de ditadura militar, em 1964, conheceram desdobramentos que, hoje, nem os mais pessimistas haveriam de prever.

Em nenhum instante, contudo, foram tão grandes a impressão de complexidade, a carga de paradoxos, a variedade de alternativas e atitudes que a situação vem trazer aos olhos dos brasileiros.

Neste domingo (17), a Câmara dos Deputados vota o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Já representa uma simplificação, entretanto, apresentar assim a decisão a ser tomada. Embora na prática seja disso que se trata, do ponto de vista jurídico e institucional a descrição é inexata.

Trata-se de votar a autorização para a abertura de um processo por crime de responsabilidade da presidente, a ser ainda examinado, em caso de vitória da oposição, pelo Senado Federal - num prazo que deveria ser abreviado tanto quanto possível.

Ainda que de ordem processual, o esclarecimento serve para indicar o grau de minúcia das discussões em curso - e que contrastam com a simples e precisa percepção da ampla maioria dos brasileiros: o governo de Dilma Rousseff acabou.

Está exaurido pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder. O país definha, e a presidente e seu partido são responsáveis por isso.

O PIB recua, a inflação corrói salários, o desemprego aumenta, o crédito diminui; nenhum desses efeitos ocorreu sem que o dedo de Dilma estivesse entre as causas. Seu apetite intervencionista e sua inépcia gerencial arruinaram estatais como Petrobras e Eletrobras e afugentaram investidores.

Se a certa altura da caminhada Dilma insinuou uma tímida correção de rumos, já era tarde. A oposição fez tudo para barrar suas esporádicas tentativas de reconduzir a economia na direção da boa administração das contas públicas.

Entre os mais ferozes adversários da presidente contam-se figuras políticas notórias pelo envolvimento em diversos escândalos de corrupção, para não mencionar apenas a Operação Lava Jato. Tem-se o mais escarrado exemplo no presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Sobrevivendo no cargo por obra de expedientes que desafiam a credulidade, a paciência e a decência da sociedade, esse réu da Lava Jato surge, até segunda ordem, como um dos vencedores prováveis da batalha do impeachment.

Enquanto isso, o vice-presidente Michel Temer (PMDB), com sua própria eleição contestada no Tribunal Superior Eleitoral e dirigindo uma agremiação habituada às mais rasteiras práticas políticas, prepara-se para assumir o poder.

O quadro lembraria, para utilizar as palavras do poeta inglês Percy Bysshe Shelley (1792-1822), o da “hipocrisia cavalgando um crocodilo”, não fossem igualmente grotescos, mentirosos e reptilianos os protestos de inocência que Lula e seus coadjutores reclamam para si.

Sem dúvida uma vitória do impeachment neste domingo significará, para a expressiva maioria dos brasileiros, a justa punição de um governo que, na incompetência, na arrogância e no delírio de seu próprio isolamento, destruiu a economia, afundou-se na corrupção e escarneceu das instituições.

Se o afastamento da presidente vier a ser confirmado, todavia, ele não representará de imediato a resolução da crise política, econômica e moral em que o país se acha.

Fundado em premissas jurídicas em alguma dose contestáveis, o processo de impeachment é uma medida traumática, projetando para o futuro divisões e

inconformismos que em nada contribuem para a travessia, a tudo crer longa, do grave momento econômico.

Em vez desse recurso extremo, melhor seria a realização de eleições presidenciais ainda neste ano. Nos termos da Constituição, ela seria convocada em caso de renúncia da presidente e de seu vice - atitude dupla que esta Folha defende.

São muitos os desafios que se oferecem ao país, seja qual for o resultado da votação na Câmara, e o governo precisará de renovadas doses de legitimidade para vencê-los. Salvar a economia é a prioridade, mas não será fácil.

Alimentam-se, de um lado, resistências a medidas inadiáveis de restrição de gastos públicos. De outro, promoveram-se ilusões demagógicas de que a sociedade não iria “pagar o pato”, sendo clara, no entanto, a necessidade de aumentar impostos a fim de restaurar finanças públicas que se aproximam do colapso.

A corrupção, por sua vez, não será vencida num lance parlamentar. Cresce, além disso, o temor de que um governo peemedebista venha a tentar desarmar a máquina investigativa da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, capaz de atingir muitos dos que hoje se pavoneiam na oposição.

Nenhum desses desafios será superado a curto prazo, e de nada ajudarão um clima de exaltação partidária ou eventuais tentativas de abafar a Lava Jato - algo que os brasileiros jamais admitirão.

A crise tem de ser encarada com equilíbrio, com espírito crítico e esperança construtiva - atitudes que esta Folha, ao longo de todo o processo, tem-se esforçado e se esforçará para manter.